DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676
R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXIV • Nº 7471 • SÃO PAULO, 07 E 08 DE SETEMBRO DE 2021 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Líderes de 26 países alertam para risco de ‘golpe militar’ no Brasil

Políticos de 26 nações, incluindo ex-presidentes, intelectuais, parlamentares e ministros de estado, alertaram, em carta divulgada ontem, 6, para o risco de haver um “golpe de Estado” no Brasil em decorrência da insurreição que vem sendo promovida pelo presidente Bolsonaro contra o STF e os poderes constituídos no País. “Neste momento, o presidente Jair Bolsonaro e seus aliados - incluindo grupos supremacistas brancos, a polícia militar e funcionários públicos em todos os níveis de governo - estão preparando uma marcha nacional contra o Supremo Tribunal Federal e o Congresso neste 7 de setembro, aumentando os temores de um golpe de Estado na terceira maior democracia do mundo”, diz o documento. O texto ressalta que autoridades internacionais estão atentas para os acontecimentos no Brasil e não serão tolerantes com qualquer ruptura democrática. Pág. 05

(Foto: Fotos Públicas)

Manifestantes bolsonaristas acampados em frente ao Congresso Nacional, ontem, 6.

Pequenas empresas geraram 72% dos empregos formais em julho

Dados do Sebrae, com base nas estatísticas do Novo Caged, divulgados ontem, 6, apontam que as micro e pequenas empresas geraram 72% das 316.580 novas contratações feitas em julho no País. Entre as médias e grandes empresas, o saldo de empregos gerados em julho foi de 73.694 de vagas, o que representa 23,3% do total. Pág. 04

Bolsonaro promete MP para revogar vacinação obrigatória contra a covid

Falando a apoiadores na manhã de ontem, 6, na entrada do Palácio Alvorada, o presidente Bolsonaro afirmou que editará MP para revogar trecho da lei de combate à pandemia da covid-19 suspendendo a vacinação compulsória no País. O presidente argumentou que a lei que obriga a vacinação deveria ter vigência apenas até o fim de 2020, mas acabou sendo prorrogada pelo STF. Pág. 03

Apoiadores de Bolsonaro estão acampados em vários locais de Brasília

Grupos de bolsonaristas que desembarcaram em Brasília no fim de semana para atos contra o STF e em defesa da intervenção militar no País estão acampados em vários locais da capital federal. Um dos locais de concentração é o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Jayme Caetano Braun, no Setor de Clubes Esportivos Sul, a pouco mais de 5 km do local onde ocorrerão os atos de hoje. Pág. 08

Justiça encerra ação contra Lula no caso Odebrecht/BNDES

Baseada na decisão da Segunda Turma do STF que declarou a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro para julgar o caso do triplex do Guarujá, o juiz federal Frederico Botelho de Barros Viana, da 10ª Vara da Justiça Federal do DF, ordenou o encerramento da ação penal em que o ex-presidente Lula responderia por supostas irregularidades pelo aumento do limite da linha de crédito da Odebrecht junto ao BNDES para financiamento da exportação entre Brasil e Angola. Pág. 03

SP aplicou 1/3 das 12 milhões de doses de Coronavac suspensas

(Foto: EBC)

O governo paulista disse ter aplicado cerca de 4 milhões de doses da vacina.

Sem informar quantas vacinas foram usadas de 25 lotes de Coronavac suspensos, com 12,1 milhões de doses, o Ministério da Saúde manterá a interdição dos lotes por 90 dias, até que os técnicos da Anvisa analisem as condições da fábrica chinesa da Sinovac, parceira do Butantan, onde foi realizado o envase. O governo paulista disse ter aplicado cerca de 4 milhões de doses. Nos outros estadosforam usadas quantidades bem menores. Pág. 08

ACSP aponta alta de 17,19% nas vendas do varejo paulistano em agosto

(Foto: EBC)

O afrouxamento das restrições de isolamento social contribuiu para a recuperação do varejo.

Balanço das Associação Comercial de São Paulo (ACSP) mostra que as vendas no comércio da cidade de São Paulo cresceram 17,9% em agosto em comparação com julho. Para a associação, o aumento foi provocado pela frente fria que chegou à capital, pelo Dia dos Pais e também pela melhoria nas condições da pandemia do novo coronavírus. Pág. 04

Focus eleva previsão de inflação neste ano de 7,27% para 7,58%

Os economistas do mercado financeiro voltaram a ampliar a perspectiva de alta do IPCA deste ano, na última semana, desta vez de 7,27% para 7,58%, segundo o boletim Focus divulgados ontem, 6, pelo Banco Central. Há um mês, a previsão estava em 6,88%. A projeção para o índice em 2022 foi de 3,95% para 3,98%. Há quatro semanas estava em 3,84%. A projeção dos economistas segue bem acima do teto da meta de 2021, de 5,25% e já equivale a mais que o dobro do centro da meta para o ano, que é de 3,75%. A previsão para o IPCA em agosto de 2021 passou de alta de 0,60% para 0,67%. Um mês antes, o porcentual projetado era de 0,45%. Para setembro, a projeção no Focus foi de alta de 0,50% para 0,61% e, para outubro, de 0,39% para 0,42%. Há um mês, os porcentuais indicavam elevações de 0,38% e 0,35%, nesta ordem. Pág. 04

‘Vaca louca’ faz Brasil suspender exportações de carne à China

A identificação de dois casos do chamado “mal da vaca louca” em frigoríficos de Nova Canaã do Norte (MT) e de Belo Horizonte (MG) levou o Ministério da Agricultura a suspender as exportações de carne bovina para a China. Junto com Hong Kong, a China respondeu por 59% da receita e do volume exportado pelo Brasil em carne bovina (in natura e processada) desde o início do ano. Pág. 04

Governadores tentam conter adesão de PMs a atos de bolsonaristas

Governadores de vários estados estão tomando medidas para afastar PMs apoiadores de Bolsonaro dos atos convocados pelo presidente para hoje, dia da Independência. Os riscos maiores ocorrem em Estados que registraram, recentemente, episódios de indisciplina dentro das PMs, geralmente ligados à ação de políticos bolsonaristas, como o Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e São Paulo. Pág. 03

Procurador-geral ameaça usar força para conter motins de PMs

O secretário da Segurança Pública, general João Camilo Pires de Campos, recebeu do procurador-geral de Justiça, Mario Sarrubbo, orientação para que determine aos comandantes da PM e Corpo de Bombeiros ordem para preveni e cessar, inclusive por meio da força, qualquer forma de atos ou manifestações político-partidárias promovidas ou integradas por PMs da ativa de serviço ou não. Pág. 08

PF prende bolsonarista incitador de prêmio pela ‘cabeça de Moraes’

O bolsonarista Márcio Giovani Nigue, conhecido como “professor Marcinho”, que, em transmissão ao vivo nas redes sociais, afirmou que um empresário “grande” está oferecendo dinheiro pela “cabeça” do ministro do Alexandre de Moraes, do STF, foi preso domingo, 5, pela PF. A ordem foi expedida no âmbito do inquérito sobre os atos antidemocráticos de 7 de Setembro. Pág. 03

Talibã reivindica controle de área rebelde e promete novo governo

Pág. 05

Papa pede aos países que recebam afegãos em busca de refúgio

Pág. 05

Militares da Guiné prendem presidente e dissolvem Constituição em golpe de estado

Pág. 05

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,96%
IGP-M (FGV) - mês	0,66%
IPC (FIPE) - mês	1,44%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4299%
Ibovespa (pontos)	117.868
Poupança (mês)	0,30%
CDB pré 30 dias - ano	5,45%
CDB pré 90 dias - ano	6,30%
CDI acumulado - mês	0,08%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R$ 5,1760/R$ 5,1770
Dolar turismo	R$ 5,2030/R$ 5,3470
Euro turismo	R$ 6,1410/R$ 6,1430

POLÍTICA

TITBIT

PGR pede ao STF repercussão geral sobre lei 'anticrime'

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou aos ministros do Supremo Tribunal Federal um pedido para que seja reconhecida a repercussão geral do tema que trata da progressão do regime prisional de pessoas condenadas por crime hediondo, sem morte, reincidentes por prática de crime comum.

Justiça do DF tranca mais uma ação contra o ex-presidente Lula

O juiz Frederico Botelho de Barros Viana, da 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, acolheu pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e trancou uma ação penal que tratava de uma linha de crédito do BNDES obtida pela Odebrecht para exportação de bens e serviços para Angola.

PF prende bolsonarista que divulgou ameaça a Alexandre de Moraes

A Polícia Federal prendeu, no domingo (5/9), o bolsonarista Marcio Giovani Nigue, conhecido como professor Marcinho, por transmitir pelas redes sociais uma ameaça ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Recusar bafômetro não impede constatação de embriaguez

O Código de Trânsito Brasileiro estabelece que a alteração da capacidade psicomotora pode ser constatada por meio de exame de sangue ou teste do bafômetro, mas também por intermédio de exame clínico, perícia, vídeo ou prova testemunhal.

Assembleia Legislativa de SP retoma sessões presenciais na próxima quarta

As sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo serão retomadas na forma presencial a partir da próxima quarta-feira, 8 de setembro. A decisão da Mesa Diretora foi publicada no Diário Oficial da última sexta-feira (3/9) e considera a atual etapa da pandemia da Covid-19, desde que observadas determinadas cautelas.

MPF recorre de decisão de busca de provas em investigação

A decisão do TRF-3 é de maio deste ano em um caso envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, a corte autorizou a defesa de Lula, patrocinada pelos advogados Cristiano Zanin Martins e Valeska T. Zanin Martins, a buscar provas em documentos internos da Odebrecht.

Reserva de vagas para candidatos com deficiência não pode ultrapassar 20%

Com base nesse entendimento, a 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu o direito à nomeação de uma candidata aprovada dentro do número de vagas previstas em concurso. A autora foi aprovada em segundo lugar em um concurso público, que oferecia duas vagas de fotógrafo na Câmara Municipal de Osasco.

Motim capixaba aproximou PMs de bolsonarismo

(Foto: Estadão)

Mulheres nas portas dos quartéis impediam a saída de viaturas. Os policiais se mantinham nas casernas, e políticos - a maioria deles reunidos em torno da candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência - espalhavam notícias sobre crimes nas redes sociais. Assim foi o motim da PM capixaba, em 2017, que durou 21 dias e se tornou um marco da ação do bolsonarismo nos quartéis, estimulando motins contra os governadores.

Especialistas ouvidos pelo Estadão contam como uma parte considerável dos PMs se tornou um público fiel a Bolsonaro. Inclusive com a adesão de coronéis para os atos de 7 de Setembro em São Paulo e em Brasília. Um deles - o coronel da PM paulista Aleksander Lacerda - acabou afastado de seu comando no interior após convocar em rede social os "amigos" para o ato.

"Fui o primeiro governador que enfrentou um motim da PM que combinava uma articulação paroquial de políticos locais com uma articulação nacional", conta o então governador do Espírito Santo, Paulo Hartung. A investigação de mensagens de redes sociais mostrou envolvimento da bancada da bala na greve. "Isso não é bom nem para o País nem para os brasileiros, que pagam a conta, nem para a instituição Polícia Militar nem para os policiais. Todos perdem", diz.

Desde então, os políticos vinculados ao presidente justificam o apoio aos movimentos dos PMs repetindo o que o então deputado Bolsonaro disse em 8 de fevereiro de 2012, no plenário da Câmara: "O chefe do Executivo não pode se prevalecer da disciplina do militar para subjugá-lo". Bolsonaro tratava da greve dos PMs na Bahia, Estado então governado pelo hoje senador Jaques Wagner (PT).

"Qualquer membro de qualquer corporação sempre vai procurar melhorias salariais e de condições de trabalho. É natural. O que não é natural é que alguém armado se insurja contra a sociedade que o armou", afirma Wagner. O senador diz que a manutenção da disciplina não implica falta de diálogo com a corporação. A greve na Bahia em 2012 durou 12 dias. A exemplo do Espírito Santo, lá também tropas do Exército foram usadas para garantir a ordem.

Entre 1997 e 2021, as Forças Armadas foram mobilizadas 26 vezes para lidar com greves de PMs. A maior delas atingiu a PM de Minas e foi causada pela decisão do então governador Eduardo Azeredo (PSDB) de conceder reajustes salariais de até 20% só para os oficiais. Seis dias após o anúncio, a greve estourou entre os praças. No fim, o governador deu aumento de 48% aos praças.

Sensível - Para coronéis entrevistados pelo Estadão, o que aconteceu em Minas seria o símbolo da "insensibilidade" de governadores com as condições de vida dos PMs. Seguiu-se uma onda de motins pelo Brasil, acompanhados pela presença de políticos que tentavam explorar um novo eleitorado: os cabos e soldados, que só passaram a ter o direito ao voto com a Constituição de 1988.

Procurador-geral pede até uso da força para impedir policiais no dia 7

(Foto: Alesp)

A liminar do ministro foi proferida na Ação Direta da Inconstitucionalidade (ADI) 6.257, protocolada na Corte pelo PSD.

O procurador-geral de Justiça, Mario Sarrubbo, enviou ontem à noite ao secretário da Segurança Pública, general João Camilo Pires de Campos, uma recomendação para que determine aos comandantes da PM e do Corpo de Bombeiros que adotem "todas as medidas que lhes são ofertadas pela legislação" para "prevenir, buscar, e se for o caso, fazer cessar, inclusive por meio da força", qualquer forma de atos ou manifestações político-partidárias promovidas ou integradas por PMs da ativa de serviço ou não.

O chefe do MP estadual sugere que se utilize "dos meios dispostos pelo Estado para a consecução do serviço ostensivos". Sarrubbo telefonou para o general Campos e para o subsecretário da segurança Álvaro Camilo. "Eles foram receptivos à recomendação. Trata-se de algo muito importante para a democracia: policiais militares não podem participar. O Código Penal Militar não permite, nem o Regulamento Disciplinar. Ainda mais quando a convocação é para atentar contra um poderes da República: o Judiciário", disse ao Estadão.

O procurador-geral recomendou ainda a "instauração de procedimentos administrativos, tão logo identifique envolvidos em atos da espécie, e preste informações de providências adotadas" ao Ministério Público no prazo de sete dias.

Bolsonaro diz que pretende revogar lei que obriga vacinação contra covid-19

O presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou a apoiadores na manhã desta segunda-feira, 6, que trabalhará para revogar, por meio de Medida Provisória, trecho da lei de combate à pandemia da covid-19 que diz respeito à vacinação compulsória no País. A legislação foi proposta pelo próprio governo federal e sancionada por Bolsonaro em fevereiro do ano passado.

Bolsonaro disse que tentará revogar a legislação após ser abordado por uma apoiadora na entrada do Palácio da Alvorada que se dizia "preocupada" com a exigência de "passaporte da vacina" em algumas cidades, como São Paulo.

Segundo a regra, as pessoas deverão apresentar o comprovante de imunização para entrada em estabelecimentos da cidade.

O presidente argumentou que a lei que obriga a vacinação deveria ter vigência apenas até o fim de 2020, mas acabou sendo prorrogada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "Quem prorrogou a lei foi o Supremo, era até 2020, que nem vacina tinha", disse. Vamos ver se eu consigo por MP revogar esse dispositivo da vacina aí", completou, em referência à intenção de tirar a obrigatoriedade da vacinação contra covid-19 no País.

De acordo com a lei, assinada pelo próprio presidente em fevereiro de 2020, unidades federadas podem adotar a vacinação compulsória como uma das medidas administrativas para enfrentamento da pandemia. Mesmo tendo sancionado a lei, Bolsonaro sempre foi contra o dispositivo. Desde o começo da pandemia, ao adotar um tom crítico aos imunizantes, o presidente já declarava que a vacinação no País não seria obrigatória.

Ao jogar a responsabilidade sobre a legislação ao Supremo, instituição que vem sendo alvo de ataques do presidente, apoiadores do presidente subiram um coro de críticas à Corte na conversa com o chefe do Planalto na manhã desta segunda-feira.

A lei que prevê a obrigatoriedade da vacinação foi iniciativa do próprio governo federal e sancionada em fevereiro, ainda na época em que Luiz Henrique Mandetta era o ministro da Saúde.

PF prende bolsonarista que postou 'empresário quer pagar por cabeça de Alexandre'

A Polícia Federal prendeu neste domingo, 5, em Santa Catarina, o bolsonarista Márcio Giovani Nigue, conhecido como "professor Marcinho".

Em transmissão ao vivo nas redes sociais, o bolsonarista disse que há um empresário "grande" que está oferecendo dinheiro pela "cabeça" do ministro Alexandre de Moraes, "vivo ou morto". A ordem foi expedida no âmbito do inquérito sobre os atos antidemocráticos do 7 de Setembro.

"A partir de hoje temos um grupamento que nós vamos caçar ministro (do Supremo) em qualquer lugar que eles estejam. Portugal, Espanha, China, onde eles estiverem. Tem brasileiro já vendo já. [...] Não vou falar agora quem é, pode me torturar, mas tem um empresário grande que tá oferecendo, tem até uma grana federal que vai sair o valor pela cabeça do Alexandre de Moraes, vivo ou morto, pra quem trazer ele. Agora no Brasil, os ministros do STF vai (sic) ser assim, vai ter premio pela cabeça deles", disse Nigue na gravação que circula nas redes sociais.

Relator de inquéritos e processos que miram o presidente Jair Bolsonaro, Alexandre de Moraes é um dos alvos maiores dos apoiadores do chefe do Executivo, recebendo ataques e ameaças constantes. No Twitter, por exemplo, o ministro do STF recebeu uma ameaça feita por homem que se diz policial militar. Ele afirmou que ele e outros agentes "vão matar" Alexandre e sua família.

Como mostrou o Estadão, as ofensas e ameaças a Alexandre levaram um publicitário à delegacia na sexta-feira, 3, alvo de um boletim de ocorrência por injúria. O procedimento foi registrado por um homem que integra a escolta pessoal do ministro, que disse à Polícia ter presenciado, na portaria do Clube Pinheiros, Alexandre da Nova Forjas chamar o magistrado de 'careca ladrão', "advogado do PCC", "vamos fechar o STF" e "careca filha da p..".

Políticos de 26 países alertam sobre 'insurreição' contra democracia do Brasil

Na véspera das manifestações de 7 de Setembro, convocadas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e seus apoiadores, ex-presidentes, intelectuais, parlamentares e ministros de 26 países alertam para o risco de os atos criarem "uma possível insurreição" que "colocará em perigo a democracia no Brasil". A preocupação com "um golpe de Estado" está formalizada em uma carta divulgada ontem (segunda-feira, 6).

"Neste momento, o presidente Jair Bolsonaro e seus aliados - incluindo grupos supremacistas brancos, a polícia militar e funcionários públicos em todos os níveis de governo - estão preparando uma marcha nacional contra o Supremo Tribunal Federal e o Congresso em 7 de setembro, aumentando os temores de um golpe de Estado na terceira maior democracia do mundo", diz o documento. O texto ressalta que autoridades internacionais estão atentas para os acontecimentos no Brasil e não serão tolerantes com qualquer ruptura democrática. "Estamos profundamente preocupados com a ameaça iminente às instituições democráticas do Brasil - e estaremos vigilantes em defendê-las antes e depois de 7 de Setembro. O povo brasileiro tem lutado durante décadas para garantir a democracia contra o domínio militar. Não devemos permitir que Bolsonaro os tire agora." O documento cita as ameaças de Bolsonaro, nas últimas semanas, que moldaram a escalada dos ataques de contra instituições democráticas. "Em 10 de agosto, ele organizou um desfile militar sem precedentes pela capital, Brasília, e seus aliados no Congresso impulsionaram reformas radicais no sistema eleitoral do país, amplamente considerado um dos mais confiáveis do mundo. Bolsonaro e seu governo têm - repetidamente - ameaçado cancelar as eleições presidenciais de 2022 se o Congresso não aprovar essas reformas."

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques — Administração
Elaine Fernandes — Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

Bolsonaro diz que pretende revogar lei que obriga vacinação contra covid-19

O presidente Bolsonaro afirmou a apoiadores na manhã de ontem, 6, que trabalhará para revogar, por meio de MP, trecho da lei de combate à pandemia da covid-19 que diz respeito à vacinação compulsória no País. A legislação foi proposta pelo próprio governo federal e sancionada por Bolsonaro em fevereiro do ano passado.

Bolsonaro disse que tentará revogar a legislação após ser abordado por uma apoiadora na entrada do Palácio da Alvorada que se dizia "preocupada" com a exigência de "passaporte da vacina" em algumas cidades, como São Paulo.

Segundo a regra, as pessoas deverão apresentar o comprovante de imunização para entrada em estabelecimentos da cidade.

O presidente argumentou que a lei que obriga a vacinação deveria ter vigência apenas até o fim de 2020, mas acabou sendo prorrogada pelo STF. "Quem prorrogou a lei foi o Supremo, era até 2020, que nem vacina tinha", disse. Vamos ver se eu consigo por MP revogar esse dispositivo da vacina aí", completou, em referência à intenção de tirar a obrigatoriedade da vacinação contra covid-19 no País.

(Foto: EBC)

Bolsonaro disse que tentará revogar a legislação após ser abordado por uma apoiadora na entrada do Palácio da Alvorada.

De acordo com a lei, assinada pelo próprio presidente em fevereiro de 2020, unidades federadas podem adotar a vacinação compulsória como uma das medidas administrativas para enfrentamento da pandemia. Mesmo tendo sancionado a lei, Bolsonaro sempre foi contra o dispositivo.

Desde o começo da pandemia, ao adotar um tom crítico aos imunizantes, o presidente já declarava que a vacinação no País não seria obrigatória. Ao jogar a responsabilidade sobre a legislação ao Supremo, instituição que vem sendo alvo de ataques do presidente, apoiadores do presidente subiram um coro de críticas à Corte na conversa com o chefe do Planalto.

Governadores agem para evitar PM da ativa em atos

(Foto: EBC)

O risco de que policiais da ativa se envolvam nas manifestações convocadas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores para o dia 7 de Setembro levou os governadores a montar esquemas para tentar afastar dos atos os PMs e diminuir o risco de conflitos no dia da Independência. Promoções, mobilização de efetivos extras que estariam de folga e o planejamento de operações para controlar a disciplina da tropa estão entre as medidas tomadas nas duas últimas semanas.

As ações envolvem Estados que registraram, recentemente, episódios de indisciplina dentro das PMs, a maioria ligada à ação de políticos bolsonaristas, como o Ceará, Rio Grande do Norte, o Espírito Santo, e São Paulo. Nos dois primeiros, os governadores promoveram um número maior de agentes de segurança, fenômeno também registrado no Distrito Federal como forma de driblar o congelamento de salários do funcionalismo público, como revelou o Estadão.

Ambos foram sacudidos pelas duas mais recentes greves de PMs no País entre 2018 e 2020. Outro Estado que conheceu um motim de policiais foi o Espírito Santo, em 2017 (mais informações na pág. A6). Ali o governador Renato Casagrande (PSB) decidiu colocar de prontidão todo o efetivo da PM no próximo dia 7, evitando assim que os policiais da ativa compareçam aos protestos. Por fim, em São Paulo a Secretaria da Segurança Pública montou uma gigantesca operação na data, a Operação Independência, e mobilizou 27 mil PMs, 3,6 mil deles só para vigiar os atos da Avenida Paulista e do Vale do Anhangabaú. A Corregedoria da PM deve pôr todo o seu efetivo - cerca de mil homens - nas ruas para vigiar possíveis transgressões.

Ontem, ao participar de surpresa da CPAC Brasil, conferência da direita realizada em Brasília, Bolsonaro defendeu a participação de policiais militares nos atos.

"Hoje você vê alguns governadores ameaçando expulsar policiais militares que porventura estejam de folga no dia 7 e compareçam para festejar o 7 de Setembro. Se nós falarmos 'eu não sou policial militar, não tenho nada a ver com isso', aguarde que a sua hora vai chegar."

Grupos acampam em Brasília à espera de atos do 7 de Setembro

Grupos que pretendem ir às ruas nos atos convocados pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, no 7 de Setembro se anteciparam e desembarcaram em Brasília já no fim de semana. Acampamentos foram montados em dois locais diferentes da capital federal e alguns simpatizantes foram à Esplanada no domingo ostentar faixas de apoio a Bolsonaro, com ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e até pedindo intervenção militar.

Um dos locais de concentração é o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Jayme Caetano Braun, no Setor de Clubes Esportivos Sul, a pouco mais de 5 km do local onde ocorrerão os atos de terça-feira.

Apoiadores estacionaram ônibus, trailers, motocicletas, carros e armaram barracas no local para aguardar a manifestação. O outro fica mais afastado, a cerca de 30 km da Esplanada, no Parque Leão, em Recanto das Emas, região administrativa de Brasília.

Com temperaturas chegando a 33ºC e clima seco, alguns optaram por estender as redes sob as árvores. Outros decidiram enfrentar o sol e foram até o local da manifestação, na Esplanada dos Ministérios, para "esquentar" o ato.

(Foto: Estadão)

O número de apoiadores de Bolsonaro nas ruas era pequeno, mas a tendência é que aumente até a terça-feira. Pelas ruas de Brasília, ambulantes aproveitaram o clima e vendiam bandeiras do Brasil, de Israel e do Rio Grande do Sul - as maiores saíam a R$ 120 e a pequena, a R$ 40.

Na Esplanada, a maioria dos manifestantes ficou em frente ao Congresso Nacional, com bandeiras do Brasil e faixas pedindo intervenção.

"Queremos o presidente Bolsonaro no poder", dizia uma das faixas, apesar de ele estar no cargo desde janeiro de 2019.

Além disso, faixas "autorizavam" o presidente a intervir no Legislativo e no Judiciário.

Governadores agem para evitar PM da ativa em atos

O risco de que policiais da ativa se envolvam nas manifestações convocadas pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores para hoje, 7 de Setembro levou os governadores a montar esquemas para tentar afastar dos atos os PMs e diminuir o risco de conflitos no dia da Independência. Promoções, mobilização de efetivos extras que estariam de folga e o planejamento de operações para controlar a disciplina da tropa estão entre as medidas tomadas nas duas últimas semanas.

As ações envolvem Estados que registraram, recentemente, episódios de indisciplina dentro das PMs, a maioria ligada à ação de políticos bolsonaristas, como o Ceará, Rio Grande do Norte, o Espírito Santo, e São Paulo. Nos dois primeiros, os governadores promoveram um número maior de agentes de segurança, fenômeno também registrado no Distrito Federal como forma de driblar o congelamento de salários do funcionalismo público, como revelou o Estadão. Ambos foram sacudidos pelas duas mais recentes greves de PMs no País entre 2018 e 2020.

Outro Estado que conheceu um motim de policiais foi o Espírito Santo, em 2017 (mais informações na pág. A6). Ali o governador Renato Casagrande (PSB) decidiu colocar de prontidão todo o efetivo da PM no próximo dia 7, evitando assim que os policiais da ativa compareçam aos protestos. Por fim, em São Paulo a Secretaria da Segurança Pública montou uma gigantesca operação na data, a Operação Independência, e mobilizou 27 mil PMs, 3,6 mil deles só para vigiar os atos da Avenida Paulista e do Vale do Anhangabaú. A Corregedoria da PM deve pôr todo o seu efetivo - cerca de mil homens - nas ruas para vigiar possíveis transgressões.

Domingo, ao participar de surpresa da CPAC Brasil, conferência da direita realizada em Brasília, Bolsonaro defendeu a participação de policiais militares nos atos.

PF prende bolsonarista que postou 'empresário quer pagar por cabeça de Alexandre'

A Polícia Federal prendeu domingo, 5, em Santa Catarina, o bolsonarista Márcio Giovani Nigue, conhecido como "professor Marcinho". Em transmissão ao vivo nas redes sociais, o bolsonarista disse que há um empresário "grande" que está oferecendo dinheiro pela "cabeça" do ministro Alexandre de Moraes, "vivo ou morto". A ordem foi expedida no âmbito do inquérito sobre os atos antidemocráticos do 7 de Setembro.

"A partir de hoje temos um grupamento que nós vamos caçar ministro (do Supremo) em qualquer lugar que eles estejam. Portugal, Espanha, China, onde eles estiverem. Tem brasileiro já vendo já. […] Não vou falar agora quem é, pode me torturar, mas tem um empresário grande que tá oferecendo, tem até uma grana federal que vai sair o valor pela cabeça do Alexandre de Moraes, vivo ou morto, pra quem trazer ele. Agora no Brasil, os ministros do STF vai (sic) ser assim, vai ter premio pela cabeça deles", disse Nigue na gravação que circula nas redes sociais.

Relator de inquéritos e processos que miram o presidente Jair Bolsonaro, Alexandre de Moraes é um dos alvos maiores dos apoiadores do chefe do Executivo, recebendo ataques e ameaças constantes. No Twitter, por exemplo, o ministro do STF recebeu uma ameaça feita por homem que se diz policial militar. Ele afirmou que ele e outros agentes "vão matar" Alexandre e sua família.

Juiz tranca ação contra Lula por suposta corrupção para favorecer a Odebrecht

O juiz federal Frederico Botelho de Barros Viana, da 10ª Vara da Justiça Federal do DF, ordenou na sexta-feira, 3, o trancamento da ação penal em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva era acusado de suposta corrupção em troca do aumento do limite da linha de crédito da Odebrecht junto ao BNDES para financiamento da exportação de bens e serviços entre Brasil e Angola. A decisão foi divulgada ontem, 6, e atinge os outros réus do processo, entre eles o empresário Marcelo Odebrecht e os ex-ministros Antonio Palocci e Paulo Bernardo de Souza.

Na decisão, Viana argumentou que, apesar de ação ser baseada em elementos que teriam a capacidade de indicar eventuais condutas criminosas atribuídas aos réus, devem ser desconsideradas todas as provas que subsidiavam a denúncia e foram atingidas pela decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal que declarou a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro para julgar o caso do triplex do Guarujá, anulando todas as provas contidas naquele processo.

"A continuidade do presente processo, que de fato deve ser um caminhar para frente, como bem destacado pelo MPF, foi prejudicada. Persistir com a instrução de uma ação penal cuja justa causa já não se faz nítida seria envidar esforços em processo nulo.

Bolsonaro sobrevoa Esplanada dos Ministérios na véspera do 7 de Setembro

Ontem (06), na véspera de manifestações em apoio ao governo que prometem renovar críticas e ataques ao Judiciário, o presidente da República, Jair Bolsonaro, fez um sobrevoo pela Esplanada dos Ministérios. O passeio de helicóptero do presidente ocorre um dia antes dos atos programados para este 7 de setembro.

Em Brasília, os atos serão na Esplanada. Alguns apoiadores de Bolsonaro já começaram nesta segunda a se dirigir para o local, empunhando cartazes com pedidos de fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional.

Além da Esplanada, outro local que o chefe do Poder Executivo sobrevoou de helicóptero nesta segunda foi o Parque Leão, no Recanto das Emas, região administrativa do Distrito Federal a cerca de 30 km do centro da capital. O local é onde parte dos apoiadores do presidente se concentra para os atos de terça-feira. A duração do trajeto foi de aproximadamente uma hora.

Procurada, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência não informou o itinerário e nem o motivo do trajeto.

Os compromissos registrados nesta segunda na agenda oficial de Bolsonaro são reuniões com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, o subchefe de Assuntos Jurídicos da Presidência, Pedro Cesar Sousa, e o ministro das Relações Exteriores, Carlos França.

Rolls-Royce - Antes do passeio helicóptero, Bolsonaro também dedicou alguns minutos de sua manhã para tirar fotos com apoiadores enquanto posava dentro do Rolls-Royce da Presidência.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

Varejo paulistano cresce 17,19% em agosto

As vendas no comércio da cidade de São Paulo cresceram 17,9% em agosto em comparação ao mês de julho. Isso é o que apontou o Balanço de Vendas da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

Para a associação, o aumento foi provocado pela frente fria que chegou à capital, pelo Dia dos Pais e também pela melhoria nas condições da pandemia do novo coronavírus, provocado pelo efeito da vacinação.

O balanço de vendas também apontou alta de 30% em agosto na comparação anual. Esse aumento expressivo, segundo o economista-chefe da ACSP, Marcel Solimeo, é resultado da base fraca de comparação, já que em agosto do ano passado as restrições ao funcionamento do comércio eram maiores por causa da pandemia.

"Nossa expectativa se mantém. Até o final deste ano vamos atingir o mesmo patamar apresentado antes da pandemia. Não estamos falando de recuperação das vendas porque venda adiada é venda perdida", explicou.

A vacinação, segundo Solimeo, tem ajudado no cenário de vendas do comércio em São Paulo, possibilitando maior flexibilização no horário do comércio.

Mas outros fatores, além da pandemia, podem prejudicar o varejo paulistano. "A vacinação continua acelerando a tendência para o varejo melhora, mas temos problemas que podem afetar o desempenho, como o aumento da inflação, que vai comprometer a renda da população, e que exige atenção do governo, e também a crise energética", finaliza.

'Vaca louca' faz País suspender vendas de carnes à China

O Ministério da Agricultura confirmou sábado, 4, a existência de dois casos do chamado "mal da vaca louca", como é conhecida a Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), em frigoríficos de Nova Canaã do Norte (MT) e de Belo Horizonte (MG). Além das notificações protocolares, o governo decidiu pela suspensão das exportações de carne bovina para a China, seguindo o compromisso de protocolo sanitário firmado entre os dois países.

De acordo com a Secretaria de Defesa Agropecuária, estes são o quarto e o quinto casos de EEB atípica registrados em 23 anos de vigilância para a doença - o Brasil nunca registrou a ocorrência de caso de EEB clássica. A EEB atípica, segundo o ministério, ocorre de maneira espontânea e esporádica, e não está relacionada à ingestão de alimentos contaminados. É verificada uma mutação em um único animal. Já a do tipo clássico está relacionada à contaminação por alimentação, quando há a possibilidade de afetar uma maior quantidade de animais do rebanho - como aconteceu entre 1992 e 1993 no Reino Unido.

A China é o maior parceiro comercial do País. Junto com Hong Kong, o país asiático respondeu por uma fatia de 59% da receita e do volume exportado pelo Brasil em carne bovina (in natura e processada) desde o início do ano, de acordo com dados divulgados no sábado pela Associação Brasileira de Frigoríficos.

Indústria lança 'Tinder do Gás Natural' para aproximar vendedores e compradores

Em uma tentativa de acelerar a abertura do mercado de gás natural, a indústria eletrointensiva decidiu lançar uma chamada pública para aproximar consumidores e vendedores do insumo e viabilizar os primeiros consumidores livres do setor a partir de 2022. "É quase como um Tinder", define o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa, em alusão ao famoso aplicativo de relacionamentos online.

A Abrace vai coordenar os 'encontros' entre consumidores e vendedores, mas não atuará como comercializadora nem vai adquirir gás em nome das empresas que representa. O 'match' dependerá unicamente de acordos bilaterais entre proponentes e compradores.

O edital da chamada pública será divulgado amanhã, 8, com etapas para cadastro, envio de informações, análise de propostas e encaminhamento delas ao possível comprador. A participação não vincula nenhuma das partes, nem gera direitos ou compromissos, e as informações serão confidenciais.

A demanda da indústria é de 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia, ou 10% do consumo médio nacional fora de situações como a atual crise hídrica - que aumenta a demanda devido ao acionamento de todas as termelétricas. De acordo com Pedrosa, o edital segue as boas práticas das leis de defesa da concorrência, tudo para evitar que a iniciativa seja caracterizada como um cartel de compradores.

Comércio de itens usados cresce 48,5% na pandemia

A abertura de estabelecimentos que comercializam produtos de segunda mão teve um crescimento de 48,58%, entre os primeiros semestres de 2020 e 2021, de acordo com levantamento do Sebrae, com base em dados da Receita Federal. Para a entidade, a pandemia de covid-19, que aumentou o controle financeiro das famílias, e a preocupação cada vez maior com a preservação do meio ambiente, podem ter sido fatores que impulsionaram o mercado de usados no país.

A empresária Carolina Fonseca, de 39 anos, viu isso ocorrer na prática. Ela é proprietária do brechó de roupas Musa Moda Circular, em Brasília, e relata o aumento nas vendas e na abertura de brechós nesse período, principalmente de lojas online.

Para ela, as pessoas estão normalizando a compra de itens usados e revendo hábitos de consumo, principalmente aqueles que ficaram em homeoffice durante a pandemia. "As pessoas me traziam grande quantidade de desapegos. Elas passaram a rever o que tinham no guarda-roupa e viram que não faz mais sentido manter todas essas roupas. Além de passar mais tempo em casa e, teoricamente, ter esse tempo de repensar a própria vida. Vi esse movimento minimalista", disse Carolina.

Segundo o Sebrae, foram abertas, no primeiro semestre desse ano, 2.104 novas empresas no segmento, sendo 1.875 microempreendedores individuais (MEI) e 229 empresas de pequeno porte. No mesmo período do ano passado, haviam sido criados 1.298 MEI e 118 pequenas empresas. "Esse incremento na abertura de novos negócios no comércio de itens usados, verificado entre os seis primeiros meses de 2020 e 2021, é o maior em seis anos", destacou a entidade. O levantamento abrange o comércio varejista de moedas e selos de coleção, livros e revistas e outros artigos usados, como móveis, utensílios domésticos, eletrodomésticos, roupas e calçados e material de demolição.

Projeção do IPCA de 2021 sobe de 7,27% para 7,58% no Focus do BC

A projeção do mercado financeiro para a inflação em 2021 aumentou novamente e se distanciou ainda mais do teto da meta perseguida pelo Banco Central (BC). Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o IPCA - o índice oficial de preços - este ano, conforme o Relatório de Mercado do Focus, de alta de 7,27% para 7,58%. Há um mês, estava em 6,88%. A projeção para o índice em 2022 foi de 3,95% para 3,98%. Quatro semanas atrás, estava em 3,84%.

O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2023, que seguiu em 3,25%. No caso de 2024, a expectativa continuou em 3,00%.

Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,25% e 3,00%, respectivamente.

A projeção dos economistas para a inflação segue bem acima do teto da meta de 2021, de 5,25% e já equivale a mais que o dobro do centro da meta para o ano, que é de 3,75%.

A meta de 2022 é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (de 2,00% a 5,00%), enquanto o parâmetro para 2023 é de inflação de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (de 1,75% a 4,75%).

Já para 2024 a meta é de 3,00%, com margem de 1,5 ponto (de 1,5% para 4,5%).

Previsões mensais - Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o IPCA em agosto de 2021, de alta de 0,60% para 0,67%, conforme o Relatório de Mercado Focus. Um mês antes, o porcentual projetado era de 0,45%.

Para setembro, a projeção no Focus foi de alta de 0,50% para 0,61% e, para outubro, foi de alta de 0,39% para 0,42%. Há um mês, os porcentuais indicavam elevações de 0,38% e 0,35%, nesta ordem.

A inflação suavizada para os próximos 12 meses passou de alta de 4,52% para 4,57% de uma semana para outra há um mês, estava em 4,38%.

(Foto: EBC)

A projeção dos economistas para a inflação já equivale a mais que o dobro do centro da meta para o ano, que é de 3,75%.

Pequenos negócios lideram geração de empregos em julho

(Foto: EBC)

Setor de serviços foi o que teve maior expansão entre micro e pequenas.

Do saldo total de 316.580 novas contratações feitas em julho, pouco mais de 72%, o que dá 229.368 empregos formais, foram gerados por micro e pequenas empresas.

Os dados são do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base nas estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), atualizadas mensalmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Entre as médias e grandes empresas, o saldo de empregos gerados em julho foi de 73.694 vagas, o que representa 23,3% do total. No mesmo período, a administração pública realizou 712 contratações (0,22%). O Sebrae considera como microempresa aquela que tem até 9 empregados, no caso dos setores agropecuário, de comércio e serviços.

Na indústria, as micro empresas são aquelas com até 19 empregados. Já as pequenas empresas são aquelas que possuem entre 20 e 99 empregados, no caso setor industrial; ou de 10 a 49 empregados, no caso dos setores de agropecuária, comércio e serviços.

No acumulado de 2021, os dados do novo Caged mostram que já foram criados no Brasil mais de 1,8 milhão de postos de trabalhos formais. As micro e pequenas empresas foram responsáveis por 1,3 milhão (70%) dessas vagas, enquanto as médias e grandes empresas geraram por pouco mais de 413 mil (22%). Para se ter uma ideia, em 2020, o saldo formal na geração de empregos foi negativo para os pequenos negócios, com o fechamento de 679 mil vagas.

Serviços se recuperam - O setor de serviços, que foi um dos mais atingidos pela pandemia de covid-19, tem mostrado sinais de recuperação e foi o segmento que mais realizou novas contratações em julho.

De acordo com levantamento feito pelo Sebrae, das mais de 229 mil novas vagas criadas pelas micro e pequenas empresas nesse período, 94,2 mil foram do setor de serviços, o que corresponde a 42% dos novos postos de trabalho criados pelos pequenos negócios.

Na contramão da economia, setor de TI cresce na crise

Diferentemente de muitos segmentos da economia que sucumbiram à pandemia de forma implacável, o setor de tecnologia da informação (TI) registra uma trajetória de alta. Enquanto a economia como um todo ficou estagnada, com retração de 0,1% no segundo trimestre, a atividade de informação e comunicação, que abriga o setor de TI no Produto Interno Bruto (PIB), cresceu 5,6% sobre o primeiro trimestre, aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em junho, a atividade dos serviços de tecnologia da informação estava 27,8% acima do patamar pré-pandemia, com reflexos positivos na geração de empregos. No primeiro semestre, foram abertos 107 mil postos de trabalho na área, incluindo serviços de telecomunicações, conforme a Brasscom, associação empresarial do setor.

Dados desagregados da Sondagem de Serviços de agosto, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), obtidos pelo Broadcast/Estadão, apontam para a continuidade do cenário positivo.

A alavanca para a alta do segmento está no comércio eletrônico e no trabalho remoto, quando famílias e empresas passaram a gastar mais com tecnologia, incrementando a demanda.

O subsetor de telecomunicações e tecnologia da informação chegou a agosto com o maior patamar de confiança entre todas as atividades do Índice de Confiança de Serviços (ICS) da FGV, aos 106,0 pontos, acima do resultado geral, de 99,3 pontos. O indicador de emprego previsto, um dos componentes do ICS, também é mais elevado no desagregado para o subsetor de telecomunicações e tecnologia da informação, aos 117,5 pontos, em uma escala de 1 a 200. Os serviços de tecnologia da informação puxam o movimento, na frente das telecomunicações, segundo Rodolpho Tobler, responsável pela Sondagem de Serviços da FGV. Desde outubro do ano passado, há mais empresários prevendo novas contratações do que demissões nesse subsetor. "Esse segmento é o que está com a confiança mais alta no setor de serviços e tem dado uma sinalização de que ainda pode melhorar nos próximos meses", diz Tobler.

Setor de logística tem até 'uber de cargas'

A corrida por entregas rápidas tem provocado uma revolução na logística de transporte, sobretudo no chamado last mile - última etapa no processo de transporte de uma mercadoria até o consumidor. Com o crescimento das vendas online e as mudanças internas dentro das companhias, com redução de estoques, as empresas de transporte e logística tiveram de investir forte em tecnologia e num cardápio variado de alternativas para chegar até o cliente.

Se no passado uma mercadoria demorava semanas para chegar, hoje pode levar apenas algumas horas, dependendo da localidade. Para isso, vale usar o veículo que for mais rápido, seja caminhão, carro, moto, bicicleta ou a pé. Na maioria dos casos, as companhias usam frota terceirizada numa espécie de "uber de cargas". As ofertas são colocadas em um aplicativo e o motorista cadastrado aceita ou não as rotas estabelecidas, como ocorre na Loggi e na ASAP.

O investimento em tecnologia é essencial para conseguir traçar rotas com cargas consolidadas por regiões e áreas. É isso que ajuda na velocidade do serviço, levando em conta que são milhares de entregas por dia. Só no comércio eletrônico, foram 78,5 milhões de compras entre janeiro e março deste ano - crescimento de 57,4% comparado com igual período do ano passado. No Dia dos Namorados, foram 14 milhões de pedidos, segundo dados da Neotrust - empresa de inteligência de mercado focada em e-commerce. Diante desses números crescentes, as empresas tiveram de correr para adotar medidas e atender a demanda. "As inovações foram apressadas pela pandemia, que pegou muitas transportadoras no contrapé. Até então, só 2% das empresas falavam em digitalização, o que é primordial para atender a última milha, que exige respostas rápidas", afirma Antonio Wrobleski, presidente do conselho da Pathfind, uma espécie de Waze que otimiza rotas e permite a gestão de frotas de caminhões. Para quem já tinha a inovação no DNA, a pandemia gerou uma série de oportunidades. Na Loggi, empresa que nasceu com a proposta de criar a logística do futuro, o volume de entregas cresceu 360% em 2020 comparado ao período anterior.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

Políticos de 26 países alertam sobre ‘insurreição’ contra democracia do Brasil

Na véspera das manifestações de 7 de Setembro, convocadas pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e seus apoiadores, ex-presidentes, intelectuais, parlamentares e ministros de 26 países alertam para o risco de os atos criarem “uma possível insurreição” que “colocará em perigo a democracia no Brasil”. A preocupação com “um golpe de Estado” está formalizada em uma carta divulgada ontem, 6.

“Neste momento, o presidente Jair Bolsonaro e seus aliados - incluindo grupos supremacistas brancos, a polícia militar e funcionários públicos em todos os níveis de governo - estão preparando uma marcha nacional contra o Supremo Tribunal Federal e o Congresso em 7 de setembro, aumentando os temores de um golpe de Estado na terceira maior democracia do mundo”, diz o documento.

O texto ressalta que autoridades internacionais estão atentas para os acontecimentos no Brasil e não serão tolerantes com qualquer ruptura democrática. “Estamos profundamente preocupados com a ameaça iminente às instituições democráticas do Brasil - e estaremos vigilantes em defendê-las antes e depois de 7 de Setembro. O povo brasileiro tem lutado durante décadas para garantir a democracia contra o domínio militar. Não devemos permitir que Bolsonaro os tire agora.” O documento cita as ameaças de Bolsonaro, nas últimas semanas, que moldaram a escalada dos ataques de contra instituições democráticas. “Em 10 de agosto, ele organizou um desfile militar sem precedentes pela capital, Brasília, e seus aliados no Congresso impulsionaram reformas radicais no sistema eleitoral do país, amplamente considerado um dos mais confiáveis do mundo. Bolsonaro e seu governo têm - repetidamente - ameaçado cancelar as eleições presidenciais de 2022 se o Congresso não aprovar essas reformas.” O documento foi divulgado na manhã de ontem pela Progressive International, uma rede global progressista que monitora o avanço da direita no mundo.

(Foto: EBC)

Movimentação de apoiadores do governo Bolsonaro diante do Palácio do Planalto, em Brasília, que foi cercado com grades na manhã de ontem, 6 de setembro de 2021. Uma viatura da Polícia Militar fazia o reconhecimento da área, que deve ser palco das manifestações pró-governo previstas para hoje, feriado da Independência.

Talibã reivindica controle de área rebelde e promete novo governo

O Talibã declarou vitória sobre forças opositoras no Vale de Panjshir, ao nordeste de Cabul, ontem (6), declarando que finalizou a tomada de poder do Afeganistão e prometendo anunciar um novo governo em breve.

Fotos em redes sociais mostraram membros do Talibã diante do portão do complexo do governador provincial de Panjshir depois de lutarem durante o final de semana contra a Frente Nacional de Resistência do Afeganistão (NRFA) liderada pelo líder de Panjshiri, Ahmad Massoud.

“Panjshir, que era o último refúgio do inimigo em fuga, foi capturada”, disse o porta-voz do Talibã, Zabihullah Mujahid, em uma coletiva de imprensa. Mais cedo, ele havia dito: “Com esta vitória e os esforços mais recentes, nosso país sai do turbilhão da guerra e nosso povo terá uma vida feliz, em paz e liberdade.”

O Talibã garantiu ao povo de Panjshir, que é etnicamente diferente do grupo de maioria pashtun que enfrentou os islâmicos durante o primeiro governo destes, entre 1996 e 2001, que não haverá nenhum “ato discriminatório contra eles”.

“Eles são nossos irmãos e trabalhariam juntos por um objetivo comum e o bem-estar do país”, disse Mujahid.

Massoud, que comanda uma força extraída dos remanescentes do Exército afegão e de unidades das forças especiais, além de militantes locais, disse em um tuíte que está em segurança, mas não deu detalhes.

Militares da Guiné prendem presidente e dissolvem Constituição em golpe de estado

Tropas de elite do Exército da Guiné disseram ter detido o presidente Alpha Condé neste domingo, 5, em um golpe de estado. Pela manhã, houve troca de tiros entre militares leais ao governo e à oposição em Conacri, a capital do país.

As fronteiras foram fechadas e o governo, dissolvido. A população foi orientada a ficar em casa, disse o coronel Mamady Doumbouya, um dos líderes do golpe.

Segundo ele, o presidente foi detido por “tripudiar com os direitos dos cidadãos” e desrespeito às regras democráticas. O país do oeste da África tem um histórico de golpes militares. “Decidimos, depois de prender o presidente, que atualmente está conosco (...), suprimir a Constituição em vigor, dissolver as instituições, e também o governo, assim como fechar fronteiras terrestres e aéreas”, declarou.

Condé estava no poder há 11 anos, desde que foi eleito nas primeiras eleições livres na Guiné em mais de meio século. Sua tentativa de se candidatar a um terceiro mandato - algo proibido pela Constituição - despertou uma série de protestos.

Em um comunicado, o Ministério da Defesa declarou que “os insurgentes espalharam o medo” em Conacri antes de tomarem o palácio presidencial, mas que “a guarda presidencial, apoiada por forças de defesa e segurança, leais e republicanos, contiveram a ameaça e repeliram o grupo agressor”.

Alemanha quer negociar com Talibã sobre novas retiradas do Afeganistão

(Foto: EBC)

A chanceler Angela Merkel.

A Alemanha quer conversar com o Talibã sobre como retirar seus trabalhadores contratados que ficaram no Afeganistão, afirmou a chanceler Angela Merkel domingo (5), acrescentando que é um bom sinal que o aeroporto de Cabul possa ser utilizado para voos novamente. A chefe de política externa da União Europeia já disse que o bloco está pronto para negociar com o novo governo do Talibã em Cabul, mas o grupo islâmico precisa respeitar os direitos humanos, principalmente os das mulheres, e não permitir que o Afeganistão se torne uma base para o terrorismo.

“Precisamos conversar com o Talibã sobre como podemos continuar a retirar pessoas que trabalharam para a Alemanha do país e em segurança”, disse Merkel.

Organizações internacionais de ajuda humanitária também deveriam ser autorizadas a trabalhar para melhorar a situação no país, acrescentou a chanceler alemã.

O Talibã ainda não apontou um governo mais de duas semanas após sua volta ao poder. O governo do grupo entre 1996 e 2001 foi marcado por punições violentas e pela proibição do acesso à educação e ao trabalho para meninas e mulheres, e muitos afegãos e governos estrangeiros temem um retorno a tais práticas.

Papa pede aos países que recebam afegãos em busca de refúgio

“Nestes tempos turbulentos, quando os afegãos procuram refúgio, rezo pelos mais vulneráveis entre eles. Oro para que muitos países os recebam e protejam aqueles que buscam uma nova vida”, pediu o Papa Francisco domingo, 05, durante sua bênção semanal na Praça de São Pedro.

Milhares de afegãos evacuados pelos Estados Unidos estão esperando nos chamados centros de trânsito em países como Catar, Alemanha e Itália. Centenas de outras pessoas estão tentando sair por meio de travessias de terra com países vizinhos, como o Paquistão. “Eu também rezo pelos deslocados internos para que tenham ajuda e proteção necessária. Que os jovens do Afeganistão recebam uma educação, que é um bem essencial para o desenvolvimento humano”, disse Francisco. A última vez que os militantes islâmicos estiveram no poder no país, as mulheres não podiam trabalhar e as meninas não podiam ir à escola.

O aeroporto de Cabul retomou os voos domésticos no sábado, 04, paralisado desde a vitória do Taleban em 15 de agosto, e que operava apenas com voos de evacuação até a segunda-feira, 30, data em que as últimas tropas americanas deixaram o país.

Queda de grupos radicais é uma das poucas vitórias americanas

Apesar do fracasso em conter a disseminação do terrorismo, a Guerra ao Terror colecionou alguns sucessos nos 20 anos após o 11 de Setembro. Os EUA conseguiu sufocar organizações jihadistas, como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico, e evitaram outro ataque catastrófico dentro de seu território.

“O sucesso estrondoso dos serviços de inteligência dos EUA em evitar novos ataques e construir uma rede de espionagem capaz de detectar sinais de planos de atentados fez com que o terrorismo deixasse de ser uma preocupação imediata dos últimos governos americanos, a ponto de o presidente Joe Biden querer que as agências de inteligência voltassem seu foco para a China e para a Rússia”, afirma Daniel Byman, professor da Walsh School of Foreign Service da Universidade Georgetown, e autor de Road Warriors: Foreign Fighters in the Armies of Jihad. “E essa certeza de segurança reforça o esforço do governo Biden para acabar com as guerras eternas.”

Para Byman, as agências de inteligência dos EUA entenderam que, em vez de uma vitória decisiva, os americanos parecem ter se contentado com algo menos ambicioso: “bom o suficiente”. “Os EUA reconhecem que, embora o terrorismo jihadista possa ser impossível de erradicar total e permanentemente - ou que os custos de tentar fazer isso são simplesmente altos demais -, a ameaça pode ser reduzida a ponto de matar relativamente poucos americanos e não moldar mais a vida diária nos EUA”, disse.

À medida que o governo americano fica mais cético em relação às operações de contrainsurgência em grande escala destinadas a remodelar sociedades inteiras, os três governos mais recentes - Barack Obama, Donald Trump e Biden - têm se concentrado em manter as organizações jihadistas fracas e desequilibradas.

Por meio de uma mistura de coleta de inteligência, operações militares pontuais e esforços de segurança interna, eles conseguiram, em grande parte, manter a luta em bolsões isolados no mundo.

“Em um grau notável, os próprios EUA foram isolados da ameaça. O jihadismo permanece vivo e bem no exterior. E não vai desaparecer tão cedo, mas a atual doutrina dos EUA é uma forma politicamente viável e comparativamente eficaz de administrar a questão. É boa o suficiente.” As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Talibã reivindica controle de área rebelde e promete novo governo

O Talibã declarou vitória sobre forças opositoras no Vale de Panjshir, ao nordeste de Cabul, declarando que finalizou a tomada de poder do Afeganistão e prometendo anunciar um novo governo em breve.

Fotos em redes sociais mostraram membros do Talibã diante do portão do complexo do governador provincial de Panjshir depois de lutarem durante o final de semana contra a Frente Nacional de Resistência do Afeganistão (NRFA) liderada pelo líder de Panjshiri, Ahmad Massoud.

“Panjshir, que era o último refúgio do inimigo em fuga, foi capturada”, disse o porta-voz do Talibã, Zabihullah Mujahid, em uma coletiva de imprensa.

Mais cedo, ele havia dito: “Com esta vitória e os esforços mais recentes, nosso país sai do turbilhão da guerra e nosso povo terá uma vida feliz, em paz e liberdade.” O Talibã garantiu ao povo de Panjshir, que é etnicamente diferente do grupo de maioria pashtun que enfrentou os islâmicos durante o primeiro governo destes, entre 1996 e 2001, que não haverá nenhum “ato discriminatório contra eles”.

“Eles são nossos irmãos e trabalhariam juntos por um objetivo comum e o bem-estar do país”, disse Mujahid.

Massoud, que comanda uma força extraída dos remanescentes do Exército afegão e de unidades das forças especiais, além de militantes locais, disse em um tuíte que está em segurança, mas não deu detalhes. Já Mujahid disse ter sido informado de que Massoud e o ex-vice-presidente Amrullah Saleh fugiram para o vizinho Tadjiquistão.

Ali Maisam Nazary, chefe de relações exteriores da NRFA, disse que a alegação de vitória do Talibã é falsa e que forças da oposição continuavam a lutar.

“As forças da NRFA estão presentes em todas as posições estratégicas através do vale para continuar a luta”, disse ele em uma postagem no Facebook.

Mujahid negou haver qualquer desentendimento dentro do Talibã a respeito da formação de um novo governo e disse que este será anunciado em breve, mas sem estabelecer uma data.

Ele também disse que as mulheres voltaram ao trabalho nos setores da saúde e da educação e que “outros campos serão oferecidos, um a um, assim que o sistema tiver sido estabelecido para elas”.

Os militantes, que chegaram ao poder no mês passado depois que os Estados Unidos retiraram soldados depois de uma guerra de 20 anos, proibiram que meninas e mulheres estudassem e realizassem a maior parte dos trabalhos quando comandaram o país pela primeira vez, entre 1996 e 2001.

UE inicia estudo sobre 3ª dose de vacina da Pfizer/BioNTech contra covid-19

A Agência Europeia de Medicamentos (EMA) informou nesta segunda-feira, 6, que iniciou um estudo para avaliar a aplicação de uma terceira dose da vacina da Pfizer/BioNTech contra covid-19 a ser ministrada seis meses após a segunda dose em pessoas acima de 16 anos.

De acordo com a agência regulatória europeia, será feita uma análises acelerada dos dados apresentados pelas farmacêuticas,incluindo os resultados de um ensaio clínico em curso no qual cerca de 300 adultos com sistemas imunitários saudáveis receberam uma dose de reforço aproximadamente seis meses após a segunda dose.

“O resultado desta avaliação é esperado nas próximas semanas, a menos que sejam necessárias informações adicionais, e será comunicado pela EMA”, disse a agência em comunicado.

Acordos do Brasil com Argentina e Uruguai não serão renovados

O presidente da República, Jair Bolsonaro, editou um decreto, que será publicado na edição de quarta-feira (8) do Diário Oficial da União, que torna pública a decisão do Brasil de não renovar, a partir de 7 de outubro de 2021, a vigência do Convênio sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, celebrado em 12 de junho de 1975, e, a partir de 5 de fevereiro de 2022, a vigência do Acordo sobre Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, celebrado em 15 de agosto de 1985.

Segundo nota da Secretaria-Geral da presidência da República, “a medida contribui para o processo de acessão do Brasil à OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], que é uma das prioridades da política externa brasileira, além de incentivar a concorrência e a competitividade na prestação de serviços do setor.”

A decisão foi tomada na 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Estratégia Comercial da Câmara de Comércio Exterior (Camex), realizada em 9 de dezembro de 2020, tendo sido comunicada ao governo do Uruguai em 9 de fevereiro de 2021 e ao governo da Argentina em 3 de fevereiro de 2021, segundo informou a secretaria-geral.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

Programa de desinformação do STF é 'reforço institucional' para combater notícias falsas, explica coordenador

O secretário-geral da Presidência do Supremo Tribunal Federal, Pedro Felipe Oliveira, explicou que o recém-criado programa de combate à desinformação é um "reforço institucional" para identificar notícias falsas ou deturpadas sobre a Corte e os ministros, além de permitir reações e contramedidas para a difusão de informações corretas. No episódio do podcast "Supremo na semana", publicado sábado (4), Pedro Felipe Oliveira, que é coordenador do comitê-gestor do programa, falou sobre o tema.

"A desinformação sempre existiu, mas é importante também entendermos a dimensão que a desinformação atinge nesse contexto atual que eu costumo chamar de revolução digital. No momento atual, nós estamos vivendo uma transformação em que diversas ferramentas tecnológicas, como a internet e a inteligência artificial, que já existiam há muitos anos, deixaram de ser fontes secundárias de produção de informação para se tornarem fontes primárias de produção de informação de políticas públicas, de decisões administrativas, de decisões judiciais, e isso torna o ambiente da desinformação muito mais dinâmico, polarizado e eficaz do que nós costumávamos ver há algumas décadas", contextualizou.

Segundo ele, a medida se fez necessária diante do "aumento expressivo de notícias falsas ou deturpadas sobre decisões e sobre os próprios ministros, atribuições de falas - que não aconteceram - a ministros, diversas interpretações equivocadas diametralmente opostas sobre o que está escrito nas decisões e nos acórdãos do STF".

O programa, criado pelo presidente da Corte, ministro Luiz Fux, vai contar com a atuação de técnicos de diversas expertises no âmbito do tribunal, explicou o secretário-geral.

STF definirá elementos necessários para condenação por crime de redução a condição análoga à de escravo

O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá definir os elementos para que se configure o delito de redução a condição análoga à de escravo e quais são as provas necessárias para condenações por esse crime, previsto no artigo 149 do Código Penal. Por maioria de votos, o Plenário reconheceu a existência de repercussão geral (Tema 1158) da matéria, discutida no Recurso Extraordinário (RE) 1323708.

"Realidade rústica" - O recurso foi interposto pelo Ministério Público Federal (MPF) contra decisão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que absolveu um proprietário de fazendas no Pará do crime de redução de 43 trabalhadores a condição análoga à de escravo.

Segundo o TRF-1, a produção de provas foi deficiente, diante da ausência de depoimentos das vítimas, e a acusação teria se valido de elementos "comuns na realidade rústica brasileira", como alojamentos coletivos e precários e falta de água potável, de instalações sanitárias e de equipamentos de primeiros socorros.

Para o Tribunal Regional, a condenação só se justificaria em casos mais graves, em que o trabalhador seja efetivamente rebaixado na sua condição humana e submetido a constrangimentos econômicos, pessoais e morais inaceitáveis.

Condição degradante - No recurso, o MPF sustenta que as condições em que os trabalhadores foram encontrados não podem ser consideradas "mera realidade local" e se enquadram na conduta tipificada no artigo 149 do Código Penal, que equipara ao trabalho escravo aquele exercido em condições degradantes. A decisão do TRF-1, a seu ver, beneficia os trabalhadores urbanos e prejudica os rurais, que, mesmo que estejam em localidades distantes, onde a presença do Estado é mais difícil, não podem ser submetidos a condições laborais e de habitação menos civilizadas. Para o MPF, se as condições retratadas nos autos não forem reconhecidas como degradantes, o trabalho em condições análogas à de escravo não terá fim no meio rural.

(Foto: STF)

O presidente do STF, ministro Luiz Fux, relator do recurso, observou que o caso diz respeito à diferenciação das condições necessárias à sua tipificação como degradantes em razão da realidade local em que o trabalho é realizado.

Repercussão - O presidente do STF, ministro Luiz Fux, relator do recurso, observou que o caso diz respeito à diferenciação das condições necessárias à sua tipificação como degradantes em razão da realidade local em que o trabalho é realizado e, ainda, sobre o chamado standard probatório (quantidade de provas necessárias) para a condenação pelo crime. Assim, o STF terá de decidir a matéria com base nas normas constitucionais referentes à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho, aos objetivos fundamentais de construção de uma sociedade livre, justa e solidária e de redução das desigualdades sociais e regionais.

Segundo Fux, o Estado Democrático de Direito não deve demonstrar complacência diante dos "numerosos e inaceitáveis casos de violação aos direitos humanos" em relação a trabalhadores rurais e urbanos brasileiros. "Quase 132 anos após a abolição da escravatura no Brasil, situações análogas ao trabalho escravo ainda são registradas", afirmou.

PSB questiona medida provisória que adia repasse de R$ 3,5 bi para internet em escolas públicas

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6971, contra medida provisória do governo federal que suprimiu o prazo para o repasse de recursos para ações voltadas à garantia do acesso à internet para alunos e professores da educação básica pública. Segundo o partido, o ato do Executivo contraria a derrubada, pelo Congresso Nacional, do veto do presidente da República, Jair Bolsonaro, à lei que destina cerca de R$ 3,5 bilhões para essa finalidade.

Conectividade - A Lei 14.172/2021, aprovada em junho, previa o repasse dos valores aos estados e ao Distrito Federal no prazo de 30 dias a partir da sua publicação, em parcela única. O objetivo era garantir a conectividade para o acompanhamento das atividades não presenciais por alunos e professores da rede pública, em meio às dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19 e agravadas pela desigualdade social.

Burla ao veto - O texto foi integralmente vetado pelo presidente da República, com a justificativa de ausência da estimativa do impacto orçamentário e financeiro da medida, que dificultaria o cumprimento da meta fiscal. O Poder Legislativo, no entanto, afastou o veto, por maioria absoluta, e encaminhou o texto, em sua versão original, para promulgação. Bolsonaro, então, editou a Medida Provisória 1.060/2021, que suprime o prazo para o repasse dos recursos e, segundo o PSB, burla a derrubada do veto.

Bolsonaro aciona STF por omissão do legislativo para regulamentar cobrança de ICMS-combustível

(Foto: Fotos Públicas)

A solicitação foi feita na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 68, distribuída à ministra Rosa Weber.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) fixação de 120 dias para que o Congresso Nacional edite lei complementar sobre a cobrança, pelos estados e pelo Distrito Federal, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços em relação aos combustíveis derivados de petróleo e lubrificantes (ICMS-combustíveis). A solicitação foi feita na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 68, distribuída à ministra Rosa Weber.

Omissão - Na ADO, o presidente alega que a Emenda Constitucional (EC) 33/2001 remeteu a lei complementar a responsabilidade de encontrar uma fórmula satisfatória para transformar o ICMS-combustíveis em uma exação monofásica (artigo 155, inciso XII). Enquanto não for editada a lei complementar, a Constituição prevê que os estados e o Distrito Federal fixarão normas para regular provisoriamente a matéria. "Lamentavelmente, embora transcorridos quase 20 anos desde a promulgação da EC 33/2001, ainda hoje não foi aprovada a legislação complementar", argumenta.

Assimetria - De acordo com Bolsonaro, esse impasse legislativo é prejudicial para o país, pois a incidência do ICMS-combustíveis representa uma das maiores fatias da arrecadação tributária brasileira e é uma condicionante relevante no cotidiano do consumidor, dos transportadores e da política energética do país.

"A forte assimetria das alíquotas enseja problemas que vão muito além da integridade do federalismo fiscal brasileiro, onerando sobretudo o consumidor final, que acaba penalizado com o alto custo gerado por alíquotas excessivas para combustíveis e com a dificuldade no entendimento da composição do preço final desses produtos", sustenta.

STF valida lei da Bahia que regulamenta eleição indireta para governador e vice em caso de vacância

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade de lei do Estado da Bahia que regulamenta a eleição indireta para governador e vice-governador, pelos deputados da Assembleia Legislativa, em caso de vacância de ambos os cargos nos dois últimos anos de mandato. A decisão, unânime, se deu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1057.

A ação foi proposta pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN), com o argumento de que a questão tratada na Lei estadual 6.571/1994 é de cunho eminentemente eleitoral e, portanto, seria de competência legislativa privativa da União.

Os partidos alegaram ainda que, ao prever votação nominal e aberta, a norma violaria cláusula pétrea da Constituição Federal que assegura o sigilo do voto.

Voto aberto - O relator da ADI, ministro Dias Toffoli, observou que a cláusula do voto secreto tem como finalidade garantir ao cidadão eleitor o livre direito de escolha de seus representantes políticos, em defesa de pressões de origem econômica e social. Contudo, a presunção de garantia se inverte no caso de votações realizadas nos órgãos legislativos, pois o dever de transparência se sobrepõe à tentativa de sigilosidade do ato deliberativo, de caráter excepcional.

Partido pede que STF assegure ampla liberdade de expressão a servidores públicos federais

O Partido Verde (PV) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 876, pedindo para que seja assegurada ampla liberdade de expressão aos servidores públicos federais. Segundo a legenda, os deveres de lealdade às instituições não podem excluir o direito à livre expressão de convicção política e de opiniões críticas a autoridades públicas, ressalvados apenas os casos em que os pontos de vista interfiram nas atribuições do cargo público ocupado.

De acordo com o partido, a Nota Técnica 1.556/2020 da Controladoria-Geral da União (CGU) conferiu interpretações antijurídicas a dispositivos da Lei 8.112/1990 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União) que tratam de deveres funcionais. Segundo a nota, manifestações críticas em redes sociais ao órgão ao qual o servidor pertença são condutas passíveis de apuração disciplinar, e condutas de servidores que tragam repercussão negativa à imagem e à credibilidade de sua instituição caracterizam o descumprimento do dever de lealdade (artigo 116, inciso II, do Estatuto).

O PV argumenta que o servidor não tem o direito de expor controvérsias internas às quais tem acesso em razão do cargo e cuja publicidade atente contra o interesse público. Contudo, impedir manifestações negativas ao órgão ao qual pertence é uma "grave violação ao sistema de direitos fundamentais".

Ministro Gilmar Mendes suspende transformação de cargos em analistas da Receita Federal

Em decisão liminar, o ministro Gilmar Mendes suspendeu dispositivo legal que transformava em analista tributário da Receita Federal do Brasil diversos cargos integrantes da extinta Secretaria de Receita Previdenciária. A decisão foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6966, ajuizada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

O objeto de questionamento é o artigo 257 da Lei 11.907/2009, que deu nova redação ao inciso II do artigo 10 da Lei 11.457/2007 (Lei da Super Receita). A redação teve origem em emenda parlamentar ao conteúdo da Medida Provisória (MP) 441/2008, que reestruturou diversas carreiras públicas federais e fez com que a transformação em analista tributário alcançasse também diversos cargos do Plano de Classificação de Cargos e da Carreira Previdenciária. O dispositivo havia sido originalmente vetado pelo então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em fevereiro de 2009. Ocorre que o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional em abril de 2021, após 12 anos de tramitação.

Na ação, Bolsonaro alega desrespeito aos princípios do concurso público e da segurança jurídica e ofensa à reserva de iniciativa do presidente da República para projetos de lei de aumento de remuneração de servidores do Poder Executivo. Também argumenta que a norma não fixou, com clareza, a amplitude da transformação de cargos.

Vícios - Em análise preliminar do caso, o ministro Gilmar Mendes verificou que a ampliação do rol de cargos a serem transformados, implementada por emenda parlamentar a projeto de iniciativa privativa do chefe do Executivo, resultou efetivamente em aumento de despesas originalmente previstas.

Ministro Nunes Marques rejeita suspensão de decisão do TSE sobre convenções partidárias

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), indeferiu pedido de liminar do partido Solidariedade para suspender a mudança de entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que validou a possibilidade de que as convenções partidárias sejam presididas por pessoas com direitos políticos suspensos. A decisão foi tomada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 824, em que o partido alega que a "viragem jurisprudencial" do TSE sobre a matéria, em dezembro de 2020, teria interferido nas eleições municipais realizadas naquele ano.

Naquela ocasião, em dois processos, o TSE decidiu que o fato de uma convenção partidária ser presidida por pessoa com direitos políticos suspensos em razão de condenação por improbidade administrativa não a torna nula nem gera o indeferimento das candidaturas que dela resultarem.

Na ação, o Solidariedade sustenta ofensa aos princípios da anualidade eleitoral (artigo 16 da Constituição Federal) e da segurança jurídica. Segundo o partido, o STF, no julgamento do RE 637485, com repercussão geral (Tema 564), firmou entendimento no sentido de que as mudanças de jurisprudência em matéria eleitoral não podem ter aplicação retroativa ou para eleições ainda em curso.

Decisão - Na avaliação do ministro Nunes Marques, não havia, antes, um entendimento consolidado ou pacífico no TSE para que fosse caracterizada a "viragem jurisprudencial". Segundo ele, o argumento do Solidariedade para as decisões que fundamentaram a ADPF 824 é fruto de decisões monocráticas isoladas e que não foram referendadas pelo Plenário daquela corte.

LEIS & PROJETOS

Comissão aprova projeto que equipara pessoas com transtorno mental a pessoas com deficiência

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta que equipara pessoas com transtorno de natureza mental ou intelectual à pessoas com deficiência para todos os efeitos legais. O texto aprovado altera a Lei da Reforma Psiquiátrica.

De acordo com a proposta, o enquadramento como pessoa com deficiência depende de avaliação biopsicossocial que ateste que o impedimento de natureza mental ou intelectual torna impossível para a pessoa participar da vida em sociedade em igualdade de condições com os demais.

O texto aprovado também inclui entre os direitos da pessoa com transtorno mental a possibilidade de exercer atividade profissional, devendo ser respeitada sua condição; de ter acesso ao sistema de ensino; de ser protegida contra discriminação em razão do transtorno; e de ter acesso a meios para adaptação e readaptação, além de proteção contra a exploração. O texto aprovado foi o substitutivo do relator, deputado Dr. Zacharias Calil (DEM-GO), que considerou ser necessário fazer algumas alterações no texto original - Projeto de Lei 4918/19, da deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

Calil modificou a redação do projeto de maneira a permitir que os novos direitos incluídos na lei não signifiquem, de maneira incondicional, reserva de vaga de emprego e proteção contra demissão.

"O texto original previa que pessoas com qualquer tipo de transtorno mental fariam jus a reserva de vagas de emprego e estariam protegidas contra demissão do trabalho exclusivamente por motivo de transtorno mental", observou Calil. "No caso extremo, um empregador poderia ver-se obrigado a contratar um trabalhador que se ausenta reiteradamente e ainda seria impedido de demiti-lo", acrescentou.

Avaliação biopsicossocial - O relator manteve no texto a emenda aprovada anteriormente pela Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a qual inclui a avaliação biopsicossocial no processo de classificação como pessoa com deficiência. "Tal previsão já consta da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), mas parece-nos adequado que seja aqui reafirmada", disse o relator.

Por outro lado, Calil optou por não manter no substitutivo o trecho do projeto que define o crime de discriminação contra a pessoa portadora de transtorno mental, com pena de reclusão de dois a quatro anos. Pelo projeto, seria considerado crime, por exemplo, proibir o acesso de pessoas com transtorno mental a qualquer cargo ou concurso público e negar, sem justa causa, emprego ou trabalho a alguém por motivos ligados à condição de transtorno mental.

(Foto: Câmara)

Calil retirou do projeto algumas normas relativas a emprego.

Câmara envia para o Senado MP que cria a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear

O Senado vai votar em breve a Medida Provisória (MP) 1.049/2021, que cria a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN). Aprovada na Câmara dos Deputados quinta-feira (2), a MP tem validade até o dia 26 de setembro.

Conforme a MP, a ANSN vai monitorar, regular e fiscalizar as atividades e instalações nucleares no Brasil, a partir do desmembramento da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

O novo órgão será uma autarquia federal e assumirá essas e outras atribuições da comissão a partir de estrutura a ser definida pelo Poder Executivo. Segundo o governo, a divisão tem o objetivo de dar maior celeridade nos processos de licenciamento do setor e mais rigor na fiscalização. A Cnen terá mais foco na gestão de pesquisa e desenvolvimento nuclear.

Entre as atribuições da ANSN, estão estabelecer normas sobre segurança nuclear e proteção radiológica; controlar os estoques e as reservas de minérios nucleares; conceder autorizações para a transferência e o comércio de minerais radiativos; e licenças para usinas nucleares e reatores de pesquisa. Uma emenda da Câmara dos Deputados inseriu na MP a previsão de sabatina do Senado para a nomeação do diretor-presidente e dos dois integrantes da diretoria colegiada da ANSN. Segundo a emenda, os membros da diretoria exercerão mandatos de cinco anos não coincidentes, vedada a recondução.

Taxas - A MP reajusta os valores da Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização (TLC) cobrada hoje pela Cnen e que passará a ser aplicada pela ANSN. Os valores estavam congelados desde 1999 e serão reajustados em até 381%. Os novos valores valem a partir de 2022 e serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O valor para autorização de operação inicial de reator nuclear, por exemplo, passa de R$ 5,4 milhões para R$ 20,5 milhões. A exploração de Angra 3 já pode ser concedida à iniciativa privada por meio de autorização por 50 anos, conforme a Lei 14.120, de 2021.

Além dos recursos da TLC, a ANSN contará com recursos de multas e do Orçamento da União. Já o pessoal necessário ao seu funcionamento virá da Cnen. São 922 cargos efetivos, incluindo os que hoje estão vagos por falta de concurso público.

Entidades da sociedade civil pedem arquivamento de projeto sobre contraterrorismo

(Foto: Câmara)

O presidente da comissão, deputado Carlos Veras (PT-PE).

Entidades da sociedade civil pediram em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados a retirada de tramitação do Projeto de Lei 1595/19, que trata de ações contraterroristas. Segundo eles, o projeto coloca em risco as manifestações de movimentos sociais. A proposta está sendo analisada por uma comissão especial. A representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na audiencia, Ana Maria Moraes, disse que o projeto pode criminalizar as manifestações por justiça social. Ela defendeu a aprovação de outro projeto que busca garantir que este tipo de ação ocorra sem violência contra os manifestantes (PL 1513/19). O autor do texto sobre ações contraterroristas, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), tem afirmado que a ideia é prevenir mortes em ações violentas e preservar o patrimônio. Segundo ele, a proposta tem semelhança com outras existentes no mundo.

Veto do governo - Os palestrantes da audiência também pediram a derrubada de veto do presidente Jair Bolsonaro a artigo da nova lei que define crimes contra o Estado Democrático de Direito (Lei 14.197/21). O artigo em questão buscava justamente coibir o uso de violência contra manifestantes. E criticaram grupos que, segundo eles, pretendem atacar as instituições do País em manifestações previstas para o dia 7 de setembro.

O presidente da comissão, deputado Carlos Veras (PT-PE), disse que esses manifestantes agem contra si mesmos. "É bom lembrar também para aqueles que vão às ruas pedir intervenção militar que eles estão cometendo um ato contra o próprio ato deles de irem às ruas para se manifestarem. Porque, com intervenção militar, com ditadura, não tem manifestação, não tem direito de organização", disse. A coordenadora do Programa de Espaço Cívico da ONG Artigo 19, Raísa Cetra, disse que as pessoas têm medo de se manifestarem por direitos no Brasil.

PEC que inclui a proteção de dados pessoais na Constituição volta para o Senado

O Senado vai analisar novamente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 17/2019, que torna a proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, um direito fundamental e remete privativamente à União a função de legislar sobre o tema. Essa proposta, de autoria do senador Eduardo Gomes (MDB-TO), foi apresentada e aprovada no Senado em 2019. Em seguida, foi enviada à Câmara dos Deputados, que aprovou o texto, com mudanças, na última terça-feira (31). Por causa dessas alterações, a matéria volta agora para a análise dos senadores.

A PEC foi aprovada na Câmara na forma de um substitutivo (texto alternativo) do deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), que relatou o texto na comissão especial criada para analisar o tema. Segundo o texto aprovado, também caberá à União organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei. Uma das principais mudanças que seriam feitas pelo substitutivo, no entanto, foi retirada do texto, durante a votação, por um destaque apresentado pelo Novo. O trecho retirado previa a criação de um órgão regulador na forma de uma entidade independente, integrante da administração pública federal indireta e submetida a regime autárquico especial.

Para Orlando Silva, a PEC "coloca o Brasil na fronteira da legislação" sobre proteção de dados pessoais. Ele lembrou que o país já conta com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e possui, como órgão fiscalizador, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Comissão aprova seguro-desemprego e FGTS a trabalhador doméstico em caso de morte de empregador

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5864/19, que prevê a extinção do contrato de trabalho doméstico em caso de morte do empregador.

Segundo o texto aprovado, a manutenção do contrato de trabalho só ocorrerá no caso de continuidade da prestação de serviços na unidade familiar - o que caracteriza a sucessão de empregadores.

A relatora, deputada Dra. Soraya Manato (PSL-ES), concordou com os argumentos apresentados pelo autor, deputado Luiz Lima (PSL-RJ). Ele explica que o objetivo é "preencher uma lacuna legal" que atualmente impede o trabalhador doméstico de receber aviso prévio, seguro-desemprego e de sacar o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o empregador morre.

Para a relatora, a omissão da atual legislação em relação à morte do empregador pode ter consequências desastrosas para o empregado doméstico. "Nesse caso, ele pode ter verbas rescisórias retidas, e essa situação pode levar anos até ser solucionada", disse a deputada.

O texto aprovado estabelece que as indenizações (aviso prévio e seguro-desemprego) ao trabalhador doméstico serão custeadas com recursos da contribuição atualmente paga pelo empregador para casos de demissão sem justa causa - 3,2% sobre a remuneração bruta do empregado.

Tramitação - O projeto será ainda analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

(Foto: Câmara)

Dra. Soraya Manato: proposta preenche uma lacuna da lei.

Sancionada com vetos lei que autoriza quebra de patente de vacinas

Com cinco vetos, foi publicada sexta-feira (3), no Diário Oficial da União, a Lei 14.200, de 2021, que possibilita a quebra temporária de patentes de vacinas e medicamentos para enfrentamento de emergências em saúde, como a atual pandemia da covid-19.

A norma altera a Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279, de 1996) para estabelecer a licença compulsória de patentes ou de pedidos de patente nos casos de emergência nacional ou internacional ou de interesse público (declaradas pelo Poder Executivo) ou estado de calamidade pública nacional (declarado pelo Congresso).

- O Brasil tem condições, sim, de produzir vacinas e medicamentos sem precisar depender de outros países. Isso é fundamental. Lidaremos com a prevenção, agindo de forma antecipada, com vistas a adotar medidas cujo objetivo seja evitar o dano e promover a saúde - disse o senador Paulo Paim (PT-RS), autor da proposta.

O texto foi aprovado no Senado na forma de substitutivo do relator, Nelsinho Trad (PSD-MS), e posteriormente ratificado pela Câmara.

Licença compulsória - Pela norma, poderá ser concedida a licença compulsória - de ofício, temporária e não exclusiva - para a exploração da patente ou do pedido de patente, sem prejuízo dos direitos do titular, desde que ele ou seu licenciado "não atendam a necessidade" do país. O titular terá direito a 1,5% sobre o preço líquido de venda do produto até que seu valor venha a ser efetivamente estabelecido.

A lei determina que o Poder Executivo deverá publicar a lista de patentes ou de pedidos de patente potencialmente úteis ao enfrentamento das situações previstas em até 30 dias após a data de publicação da declaração de emergência ou de interesse público, ou do reconhecimento de estado de calamidade pública.

Excluem-se dessa lista os medicamentos que forem objeto de acordos de transferência da tecnologia de produção ou de licenciamento voluntário capazes de assegurar o atendimento da demanda interna.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Procurador-geral pede até uso da força para impedir policiais no dia 7

O procurador-geral de Justiça, Mario Sarrubbo, enviou domingo à noite ao secretário da Segurança Pública, general João Camilo Pires de Campos, uma recomendação para que determine aos comandantes da PM e do Corpo de Bombeiros que adotem "todas as medidas que lhes são ofertadas pela legislação" para "prevenir, buscar, e se for o caso, fazer cessar, inclusive por meio da força", qualquer forma de atos ou manifestações político-partidárias promovidas ou integradas por PMs da ativa de serviço ou não.

O chefe do MP estadual sugere que se utilize "dos meios dispostos pelo Estado para a consecução do serviço ostensivos".

Sarrubbo telefonou para o general Campos e para o subsecretário da segurança Álvaro Camilo. "Eles foram receptivos à recomendação. Trata-se de algo muito importante para a democracia: policiais militares não podem participar. O Código Penal Militar não permite, nem o Regulamento Disciplinar. Ainda mais quando a convocação é para atentar contra um poderes da República: o Judiciário", disse ao Estadão.

O procurador-geral recomendou ainda a "instauração de procedimentos administrativos, tão logo identifique envolvidos em atos da espécie, e preste informações de providências adotadas" ao Ministério Público no prazo de sete dias.

Sarrubbo disse que a ação de grupos armados que se reúnam para promover a ruptura da ordem constitucional vigente são "crimes inafiançáveis e imprescritíveis". A PM informou que "está proibida a participação de policiais da ativa em manifestações de cunho político partidário".

Grupos acampam em Brasília à espera de atos do 7 de Setembro

Grupos que pretendem ir às ruas nos atos convocados pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, no 7 de Setembro se anteciparam e desembarcaram em Brasília já no fim de semana. Acampamentos foram montados em dois locais diferentes da capital federal e alguns simpatizantes foram à Esplanada no domingo ostentar faixas de apoio a Bolsonaro, com ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e até pedindo intervenção militar.

Um dos locais de concentração é o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Jayme Caetano Braun, no Setor de Clubes Esportivos Sul, a pouco mais de 5 km do local onde ocorrerão os atos de hoje.

Apoiadores estacionaram ônibus, trailers, motocicletas, carros e armaram barracas no local para aguardar a manifestação. O outro fica mais afastado, a cerca de 30 km da Esplanada, no Parque Leão, em Recanto das Emas, região administrativa de Brasília.

Com temperaturas chegando a 33ºC e clima seco, alguns optaram por estender as redes sob as árvores. Outros decidiram enfrentar o sol e foram até o local da manifestação, na Esplanada dos Ministérios, para "esquentar" o ato. O número de apoiadores de Bolsonaro nas ruas era pequeno, mas a tendência é que aumente até a terça-feira.

Pelas ruas de Brasília, ambulantes aproveitaram o clima e vendiam bandeiras do Brasil, de Israel e do Rio Grande do Sul - as maiores saíam a R$ 120 e a pequena, a R$ 40.

Na Esplanada, a maioria dos manifestantes ficou em frente ao Congresso Nacional, com bandeiras do Brasil e faixas pedindo intervenção.

"Queremos o presidente Bolsonaro no poder", dizia uma das faixas, apesar de ele estar no cargo desde janeiro de 2019.

Além disso, faixas "autorizavam" o presidente a intervir no Legislativo e no Judiciário.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, um grupo aparece em frente à sede do STF pedindo ao chefe do Planalto para usar a "pólvora" e promover uma "faxina geral" no tribunal. "O povo exige a intervenção militar com Bolsonaro no Poder", dizia outro cartaz em frente ao Congresso, com os dizeres em inglês logo abaixo "The people demand military intervent on with Bolsonaro in power".

Inquérito - O ministro do STF Alexandre de Moraes abriu um inquérito para investigar atos antidemocráticos durante a organização da manifestação e tem sido o principal alvo das críticas e ataques bolsonaristas.

No sábado, 4, Bolsonaro discursou em Brasília, renovou ataques a integrantes do STF e afirmou que não queria "retrato" dele ou de nenhum político na manifestação.

Bandeiras e faixas com a foto de Bolsonaro, no entanto, eram frequentes nas mãos e nos veículos dos manifestantes.

Hotéis - Além dos veículos e das barracas, a estada de outros bolsonaristas em Brasília tem sido mais luxuosa. Conforme o jornal O Estado de S. Paulo mostrou no sábado, 4, os hotéis de Brasília, que tradicionalmente ficam vazios nos feriados, estão com lotação máxima para os próximos dias.

Após depoimento à PF, Zambelli diz que dia 7 vai à Paulista

A deputada Carla Zambelli afirmou que prestou depoimento à Polícia Federal domingo, 5, no âmbito do inquérito sobre a organização de manifestações violentas neste 7 de Setembro. Em nota divulgada após a oitiva, a parlamentar alegou que não teve acesso aos autos da investigação e disse não ter cometido ilegalidades. Além disso, fez convocação para os atos a favor do presidente Jair Bolsonaro previstos para o feriado, citando o Hino da Independência: "Neste 07 de setembro estaremos nas ruas e entoaremos em alto e bom som que "houve mão mais poderosa", contudo, "zombou deles o Brasil"". A parlamentar disse que estará presente em manifestação na Avenida Paulista.

Como mostrou o Estadão, a oitiva da parlamentar foi um pedido da Procuradoria-Geral da República. A solicitação foi acolhida pelo ministro Alexandre de Moraes, relator da investigação no Supremo Tribunal Federal. Os investigadores atribuem à deputada bolsonarista "manifestações golpistas".

Na nota divulgada após o depoimento perante a Polícia Federal, Zambellli afirmou que "quem defende a liberdade e as balizas constitucionais jamais trataria por "organização criminosa" ou "ato antidemocrático" uma reunião da sociedade com suas famílias e seus representantes para protestar pacificamente contra a corrupção".

Os atos bolsonaristas, no entanto, são marcados pela organização de manifestantes que atacam a ordem institucional e ministros do Supremo Tribunal Federal, ameaçam invadir o tribunal e o Congresso. No âmbito da mesma investigação em que ouviu Zambelli, a Polícia Federal prendeu na sexta-feira, 3, o blogueiro bolsonarista Wellington Macedo de Souza. A corporação ainda busca cumprir uma ordem de prisão expedida contra o caminhoneiro Marcos Antônio Pereira Gomes, o "Zé Trovão".

Em vídeo publicado nas redes sociais neste sábado, 4, o caminhoneiro afirmou que estará na Avenida Paulista durante a manifestação programada para o feriado e ainda desafiou o ministro Alexandre de Moraes, que expediu o pedido de prisão contra ele a pedido da Procuradoria-Geral da República. O inquérito em questão foi aberto pela Polícia Federal após o ministro Alexandre de Moraes atender um pedido da PGR. Na mesma decisão, dada no último dia 20, o magistrado ainda determinou realização de buscas contra o deputado federal Otoni de Paula (PSC-RJ), o cantor Sérgio Reis e mais oito pessoas, entre elas Zé Trovão e Gomes.

Caboclo diz que suspensão de Brasil x Argentina demonstra 'desgoverno' na CBF

Afastado da presidência da CBF deste 6 de junho em virtude de denúncias de assédio sexual e moral, Rogério Caboclo deu sua opinião sobre a suspensão de Brasil x Argentina neste domingo em razão do descumprimento sanitário de quatro jogadores argentinos que fez agentes da Anvisa entrarem em campo para paralisar a partida. Caboclo atacou a atual gestão da CBF ao afirmar que a entidade tem culpa no episódio.

Caboclo disse que a interrupção do clássico sul-americano válido pela nona rodada das Eliminatórias na Neo Química Arena por violação das regras sanitárias e migratórias "é uma demonstração do desgoverno que tomou conta da CBF" após seu "injusto afastamento".

O jogo em São Paulo foi interrompido com cinco minutos do primeiro tempo depois da entrada de agentes da Anvisa no gramado Eles apontaram infrações sanitárias e descumprimento de determinações por parte da Associação do Futebol Argentino (AFA) A partida foi suspensa pela Conmebol posteriormente. Caboclo declarou que o episódio poderia ter sido evitado se fosse resolvido pela CBF antes da partida, "evitando envergonhar o país e prejudicar as delegações, os patrocinadores e, sobretudo, o torcedor".

(Foto: EBC)

Atacada por Caboclo, a CBF disse horas depois da interrupção do duelo que "ficou absolutamente surpresa com o momento em que a ação da Agência Nacional da Vigilância Sanitária ocorreu, com a partida já tendo sido iniciada, visto que a Anvisa poderia ter exercido sua atividade de forma muito mais adequada nos vários momentos e dias anteriores ao jogo".

O presidente em exercício da entidade, Ednaldo Rodrigues, também criticou diretamente o órgão sanitário pela paralisação da partida. "A Anvisa extrapolou nas suas decisões, poderia ter evitado tudo antes", declarou o dirigente, antes de afirmar que levou um "susto" com a ação.

SP foi quem mais usou doses suspensas

São Paulo foi o Estado que concentrou a maior aplicação de doses da Coronavac dos lotes suspensos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O governo paulista disse ter aplicado cerca de 4 milhões de unidades - nos outros Estados, registros apontam para uso em quantidades bem menores. O órgão sanitário diz que a suspensão ocorreu apenas por cautela, uma vez que a fábrica chinesa onde foram envasados os frascos não teve inspeção brasileira. Já o Instituto Butantan reforça que a vacina é segura.

No total, os 25 lotes suspensos têm 12,1 milhões de doses. O Ministério da Saúde não informou quantos desses imunizantes foram usados nem qual será a orientação para quem tomou essas vacinas.

Estados e municípios foram orientados a não usar mais esses produtos - a interdição é válida por 90 dias, até que os técnicos da Anvisa analisem as condições da fábrica da Sinovac, parceira do Butantan, onde foi realizado o envase.

A Secretaria da Saúde paulista disse que não foram registrados eventos adversos no grupo que tomou as injeções. Disse também aguardar orientação federal sobre a distribuição de uma remessa de 1,5 milhão de doses entregues na sexta-feira.

O Paraná informou ter recebido apenas 3,2 mil doses de um dos lotes suspensos, mas não disse quantas foram usadas. Segundo o governo estadual, essa remessa foi distribuída para as regionais nos dias 28 de julho e 13 de agosto.

Outro lote de 338,2 mil doses, parte da remessa interditada, tinha previsão de chegar anteontem a Curitiba, mas foi redirecionado de volta a São Paulo.

O Estado Rio disse ter recebido só um dos lotes, com 547,8 mil doses, cuja distribuição ainda estava em curso. A capital fluminense informou que 1.206 pessoas foram imunizadas com doses suspensas. O Ceará distribuiu 3 mil doses dos lotes suspensos para Fortaleza, mas não detalhou a aplicação. Amazonas, Roraima e Distrito Federal disseram ter recebido remessas sob interdição, mas ainda não haviam distribuído.

Dados do Ministério da Saúde compilados pelo Estadão por meio da plataforma Base dos Dados mostram que quase todas as doses dos lotes suspensos foram aplicadas em São Paulo. Até 31 de agosto, São Paulo tinha aplicado 3.314.292 doses desses lotes, enquanto outros 19 Estados juntos foram responsáveis por usar 14 mil doses.

OAB reage à convocação de advogada de Bolsonaro pela CPI

Após a advogada Karina Kufa, defensora do presidente Jair Bolsonaro, ser convocada a depor na CPI da Covid, a Ordem dos Advogados do Brasil classificou como "inequívoca violação das prerrogativas da advocacia" e "tentativa inaceitável de criminalização da profissão" a eventual aprovação de requisições para que defensores deponham sobre fatos que eles tiveram conhecimento através do ofício.

A entidade ressaltou que o sigilo profissional legal do advogado não pode ser "relativizado ou colocado em segundo plano", uma vez que se configura como uma "garantia em prol do cidadão, para assegurar o estado de direito, bem como para evitar que a defesa se transmude em acusação".

"Nas situações que existirem advogados exercendo regularmente sua profissão, independente da parte que ele defenda ou da sua posição processual, estará a Ordem dos Advogados do Brasil atuando na preservação de suas garantias profissionais, e reagirá energicamente sempre em defesa dos seus inscritos", registrou em nota a Procuradoria Nacional de Defesa das Prerrogativas da OAB.

Os advogados de Karina haviam reagido na mesma linha, classificando a convocação como uma "tentativa de constrangimento" em razão de seus clientes.

Após seu nome ser citado durante sessão marcada pelo depoimento do empresário José Ricardo Santana, a própria advogada reagiu. Na ocasião, foi levantado que ela teria dado um jantar em que Santana teria conhecido o lobista Marconny Ribeiro. Juntos, Ribeiro e Santana enviaram ao Ministério da Saúde um "passo a passo" de como fraudar licitações.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Medida provisória muda regras de moderação em redes sociais

O presidente Jair Bolsonaro editou uma medida provisória (MP) que altera o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e regras de moderação de conteúdo e de perfis em redes sociais. A íntegra do texto foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) ontem (6).

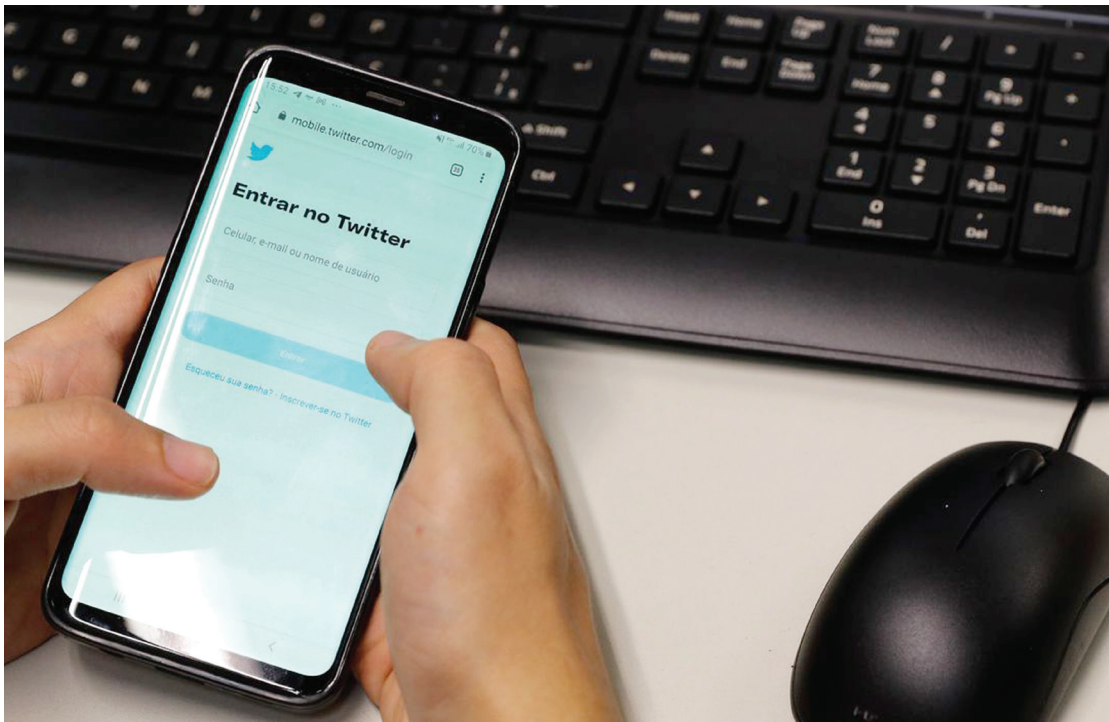
De acordo com o Ministério do Turismo, o objetivo é "tornar mais claro os direitos e as garantias dos usuários de redes sociais que, no Brasil, já somam cerca de 150 milhões de pessoas". "Após um trabalho conjunto da Secretaria Especial da Cultura [órgão do Ministério do Turismo] com a Presidência da República, o novo texto contempla, por exemplo, a necessidade de os provedores indicarem justa causa e motivarem decisões relacionadas à moderação de conteúdo".

(Foto: EBC)

Medida provisória muda regras de moderação em redes sociais.

Novas regras - A MP estabelece que não haverá exclusão, suspensão ou bloqueio da divulgação de conteúdos gerados pelos usuários nem de serviços e funcionalidades dos perfis nas redes sociais, exceto nas hipóteses de "justa causa". Essas hipóteses também terão de ser motivadas, ou seja, devem ser previamente justificadas.

No caso dos perfis mantidos em redes sociais e plataformas, é considerada justa causa para bloqueio, suspensão ou exclusão situações como inadimplência do usuário em alguma rede paga, contas criadas com o propósito de assumir ou simular identidade de terceiros, com exceção do direito ao uso do nome social, pseudônimo ou nos casos de perfis de paródia e humor.

Também estão incluídas na hipótese de justa causa contas preponderantemente geridas por programa de computador ou tecnologia para simular ou substituir atividades humanas. Na lista com justa causa são consideradas ainda as contas que ofertem produtos ou serviços com violação de patente, marca registrada e direitos autorais e de propriedade intelectual, além das envolvidas em práticas reiteradas de ações como divulgação de nudez, representações explícitas de atos sexuais, prática, apoio e promoção de crimes como pedofilia, terrorismo, tráfico de drogas, incitação de atos de ameaça ou violência, incluindo violência contra animais, incitação de atos contra a segurança pública, defesa nacional ou segurança do Estado, entre outras.

O texto prevê a restituição do conteúdo disponibilizado pelo usuário na rede social caso não sejam cumpridos os requisitos previstos para a moderação. O provedor de redes sociais será ainda obrigado a notificar o usuário, identificando a medida adotada e apresentando a motivação da decisão de moderação e as informações sobre prazos, canais eletrônicos de comunicação e procedimentos para a contestação e a eventual revisão da decisão.

Em outro dispositivo, a MP veda aos chamados provedores de redes sociais a adoção de critérios de moderação ou limitação do alcance da divulgação de conteúdo que impliquem censura de ordem política, ideológica, científica, artística ou religiosa. A norma apresenta uma definição jurídica do que é rede social, estabelecendo que apenas plataformas com mais de 10 milhões de usuários seriam enquadradas dessa forma. Essa definição não existia anteriormente no Marco Civil da Internet. Em outro ponto, a medida exclui da definição de rede social aplicações de internet que se destinam à troca de mensagens instantâneas e às chamadas de voz, assim como aquelas que tenham como principal finalidade a viabilização do comércio de bens ou serviços.

Informações claras - A MP estabelece ainda novos dispositivos que trata do direito a informações claras, públicas e objetivas sobre as políticas, procedimentos, medidas e instrumentos utilizados para efeitos de eventual moderação de conteúdo, bem como do direito ao exercício do contraditório, ampla defesa e recurso quando ocorrer moderação de conteúdo pelo provedor de rede social.

A MP foi elaborada pela Secretaria Especial de Cultura, vinculada ao Ministério do Turismo, e recebeu parecer favorável da área jurídica do governo. Pelas redes sociais, o titular do órgão, Mario Frias, defendeu a MP. "Felizmente, hoje, o presidente assinou a Medida Provisória que garante a liberdade nas redes sociais. Nosso país não ficará refém da censura de um oligopólio. Não mais", escreveu.

Por ser uma Medida Provisória, as novas regras entram em vigor de forma imediata e valem por até 120 dias. Dentro desse prazo, precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional para não perder a validade.

Sociedade civil - Entidades da sociedade civil ainda analisam o conteúdo da MP, mas há preocupações com a definição de novos conceitos sem debate prévio. "Não faz sentido essa definição de rede social apenas aquelas com 10 milhões de usuários. Além disso, pela MP, a definição de rede social não se aplica aos aplicativos de mensagem instantânea e chamadas de voz, mas o Facebook permite chamada de voz e troca de mensagem instantânea. O Instagram também permite. E ambas não são redes sociais?", questiona Paulo Renã, professor e pesquisador em direitos digitais e integrante da Coalizão Direitos na Rede. Sobre a moderação de conteúdo, que estabelece exceções para que um conteúdo ou uma conta sejam suspensos, bloqueados e ou excluídos, o pesquisador aponta para as possíveis dificuldades de aplicação da lei. "São tantas exceções, e exceções tão abertas, que vai gerar uma dificuldade imensa de saber o que está na exceção ou não. Essa norma tem um conteúdo confuso, complexo e é surpreendente porque não houve debate", acrescenta.

IBGE inicia teste preparatório para o Censo 2022

Moradores da Ilha de Paquetá, um dos bairros da cidade do Rio de Janeiro, já estão participando do primeiro teste preparatório do Censo Demográfico 2022. O teste começou ontem (6) e vai até o dia 24 deste mês.

Os recenseadores vão entrevistar moradores em quase 1,3 mil domicílios da localidade. O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Rios Neto, disse que o censo experimental é sempre realizado, como ocorreu em 2019 em Poços de Caldas. Mas com a suspensão do Censo 2020, por duas vezes, alguns processos de coleta foram alterados, em consequência da pandemia de covid-19 para diminuir o risco de contaminação da doença.

De acordo com o diretor de Pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo, preliminarmente, nas outras edições o IBGE fazia um censo experimental com aplicação de questionário, mas não se compara ao que está sendo feito agora, quando, segundo o diretor, a operação inteira é testada. Ele contou que o objetivo em Paquetá é o IBGE se preparar para um novo tipo de abordagem ao informante, diferenciada, com distanciamento e proteção individual. No teste, serão avaliados os aplicativos e os sistemas desenvolvidos pelo IBGE para o Censo 2022, que tem o início da coleta previsto para o dia 1º de junho.

"Esse teste tem esse objetivo, treinar. A gente tem 12 entrevistadores que vão circular aqui e cerca de 30 observadores vão passar por aqui. Eu mesmo vou ser um deles. É começar a analisar o trabalho que está sendo feito, o que a gente pode melhorar", disse em entrevista.

Cimar Azeredo destacou esse teste marca o retorno das atividades de operações de campo preparatórias do Censo de 2022. Quando terminar essa etapa, o IBGE vai fazer uma avaliação para os ajustes necessários e começar, no dia 1º de novembro, os testes nos outros estados e no Distrito Federal. "A gente vai ter 27 localidades no Brasil fazendo o teste. Pode ser em bairro, em município e no Rio vai ter ainda no município de Paulo de Frontin [no centro-sul do estado]", comentou.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) faz primeiro teste preparatório do Censo Demográfico 2022, na Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro.

Escolha do bairro - Conforme o IBGE, o bairro foi escolhido porque mais de 85% da sua população já receberam as duas doses da vacina contra o novo coronavírus, na campanha Paquetá Vacinada, realizada no dia 20 de junho pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Rio, com apoio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para avaliar os efeitos da imunização em larga escala. Cimar Azeredo informou que durante as entrevistas domiciliares, os recenseadores terão que seguir todos protocolos sanitários incluindo o uso de máscara, protetor facial e álcool em gel. Ele acrescentou que o critério de localidades mais avançadas na imunização favoreceu a escolha dos lugares de realização dos testes.

"Esse critério está sendo levado em conta, mas também a gente estará dois meses à frente. Daqui a dois meses, a gente acredita que a vacinação no país vai ter avançado de forma efetiva. Isso também vai colaborar bastante, mas em todos esses lugares, a despeito de estar vacinado ou não, nós somos obrigados a manter todos os cuidados com os EPIs [equipamentos de proteção individual] não só para a vida do informante, mas para a própria proteção do entrevistador, que tem que seguir protocolos com 1,5m de distância, usar máscara e face shield (protetor facial), álcool em gel", apontou.

No teste, será aplicado um modelo híbrido de coleta de informações. Além do presencial, em que o recenseador vai aos domicílios, os dados podem ser passados para o IBGE por meio da internet ou por telefone. A escolha vai ser informada a um recenseador que irá no domicílio. "Ele vai chegar e dar a opção para o morador fazer a entrevista presencial, por telefone ou entregar um código para que ele possa fazer isso pela internet. Isso prepara o IBGE para este tipo de operação", afirmou, acrescentando que a população de Paquetá está bastante mobilizada e participativa.

"A operação Paquetá Vacinada mobilizou a população da ilha e o apoio que a Secretaria Municipal de Saúde deu ao IBGE está sendo fundamental para fazer o teste do censo aqui", completou.

Para Cimar Azeredo, a inclusão da pesquisa por telefone na PNAD Covid desenvolvida pelo IBGE para identificar os efeitos da pandemia na economia brasileira abriu as portas para o modelo que está sendo empregado agora. "Principalmente na abordagem. É uma experiência a ser considerada. É fundamental".

Identificação - Os recenseadores vão vestir colete e crachá de identificação do IBGE com os seus nomes. Assim, os moradores visitados poderão confirmar as identidades pelo site respondendo.ibge.gov.br ou pelo telefone 0800-721-8181, das 8 às 20 horas, que funciona todos os dias. O sigilo das informações prestadas ao IBGE é garantido por lei.

Entorno - Antes de começar o teste hoje, o IBGE fez nos dias 1º e 2 deste mês uma pesquisa para observar as características de infraestrutura urbana da localidade e levantar, entre outros pontos, as condições de pavimentação das ruas, existência de calçadas, de iluminação pública, ciclovia, pontos de ônibus e arborização. "Junto com as informações domiciliares e da população a gente tem um quadro completo das cidades brasileiras e bairros. É uma informação a mais que o Censo gera. Em 2010 foi a primeira vez e agora, o IBGE está fazendo novamente no Censo 2022", informou à Agência Brasil o diretor de Geociências do IBGE, Cláudio Stenner.

Informática - O diretor de Informática do IBGE, Carlos Cotovio, destacou que o Censo 2022 vai ser o primeiro totalmente online. Nesta edição, o recenseador colherá a informação do domicílio e pode transmitir diretamente à Central do IBGE. "Antigamente era necessário o recenseador ir até um posto de coleta e fazer o upload [transferência] das informações. Hoje ele pode fazer isso também, mas pode fazer imediatamente após a coleta das informações. Todos os dispositivos móveis de coleta possuem chip e é possível efetuar o upload logo após o preenchimento do questionário. Isso facilita e agiliza porque as informações vão mais rapidamente para a central e facilita porque quando os recenseadores chegam ao mesmo tempo no posto de coleta, isso sobrecarrega o sistema e nossos links de comunicação", destacou.

O diretor acrescentou que nos locais onde não houver o sinal de internet para a passagem imediata dos dados, assim que ele chegar em um lugar em que tiver wifi poderá completar o upload.

Feriado será de tempo bom na maior parte do país

O feriado de Independência do Brasil será de tempo bom, sem chuva, na maior parte do país. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), hoje (7), as possibilidades de pancadas de chuva e trovoadas ficam restritas a parte do Rio Grande do Sul e da Região Norte.

O Centro-Oeste, que está em um período de seca, terá sol forte e poucas nuvens durante a manhã, com névoa seca em Goiás, e sobretudo no Distrito Federal. À tarde, a concentração de nuvens aumenta em Mato Grosso, mas não há previsão de chuva.

O feriado na Região Sudeste terá muitas nuvens e possibilidades de chuva isolada no litoral do Rio de Janeiro e São Paulo no período da manhã. No interior desses estados e em Minas Gerais e no Espírito Santo, o clima é mais seco, sem previsão de chuva. À tarde, toda a região apresenta nuvens, mas sem previsão de chuva.

(Foto: EBC)

Inmet prevê chuva em parte do Rio Grande do Sul e da Região Norte.

No Nordeste do país há possibilidade de chuva no nordeste da Bahia e nos litorais de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco e da Paraíba. No interior desses estados e nos demais da região, não há previsão de chuva. À tarde, muitas nuvens aparecem em grande parte da região, mas sem chuva.

Na parte da manhã, a Região Norte terá muitas nuvens com pancadas de chuva e trovoadas isoladas no Acre e em parte do Amazonas. No restante do estado, como em Manaus, capital amazonense, muitas nuvens e chance de chuva isolada; da mesma forma em Rondônia, Roraima e parte do Pará. No restante da região, nuvens sem chuva.

À tarde, o tempo fica mais úmido, com mais chances de chuva em Rondônia e Roraima e em todo o Amazonas.

A Região Sul terá, na manhã de terça-feira, chuvas e trovoadas isoladas no Rio Grande do Sul e chuvas isoladas em Santa Catarina e no litoral do Paraná. À tarde, a região fica mais propensa a chuvas e trovoadas, sobretudo no extremo sul.

Referência do piano, João Carlos Assis Brasil morre aos 76 anos

O pianista João Carlos Assis Brasil, nome de peso na história da música brasileira, morreu na manhã de ontem (6) aos 76 anos. Segundo postagem publicada nas redes sociais pela assessoria de imprensa do artista, ele sofreu um infarto na última sexta-feira (3) e acabou não resistindo. "Ele cumpriu sua missão por aqui, e agora sua obra se eterniza", diz a postagem. Desde a ocorrência do infarto, o pianista estava internado em um hospital de Niterói (RJ), cidade onde passou a morar no ano passado, quando se mudou do Rio de Janeiro. João Carlos Assis Brasil nasceu na capital fluminense, em 28 de agosto de 1945. Ainda criança, iniciou estudos no Conservatório Brasileiro de Música e, na adolescência já integrava orquestras. O pianista também estudou no exterior, em diferentes países. Transitando entre a música clássica e a popular, conquistou diversos prêmios e gravou com vários artistas como Ney Matogrosso, Maria Bethânia, Zizi Possi, Alaíde Costa e Wagner Tiso.

PUBLICIDADE LEGAL

REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR

AVISO DE LICITAÇÃO- Acham-se abertas no Departamento de Pregão da Rede Mário Gatti, sito Av. Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália, Campinas/SP, fone: (19) 3772-5815 e 3772-5708 as licitações a seguir: **1) Eletrônico nº 157/2021** - Prot. nº HMMG.2021.00000249-30: Registro de Preços de medicamentos diversos (Aciclovir 250 mg e outros); o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 08/09/2021 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 22/09/2021. 2) Pregão Eletrônico nº 161/2021** - Prot. nº HMMG.2021.00000929-35: Registro de preços de mat. cirúrg. p/ Ortopedia (Próteses de quadril e joelho; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 08/09/2021 e o início da sessão dar-se-á às **09h30 do dia 23/09/2021**. Os interessados poderão retirar os Editais a partir do dia 08/09/2021 no site www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail: pregao@hmmg.sp.gov.br Henrique Milhina Moreira - Diretor Administrativo

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

EDITAIS DE CASAMENTOS

SABRINA PACIFICO, administradora, solteira, Natural de Ribeirão Preto - SP, Nascido aos 26/10/1979, Residente em São Paulo, SP Filiação: PAULO AFONSO PACIFICO e de MARIA JOSÉ MAZZI PACIFICO.- ROSINE KADAMANI, advogada, solteira, Natural de São Paulo - SP, Nascido aos 12/11/1983, Residente em São Paulo, SP Filiação: MOUNIR GOERGES KADAMANI e de SAMIA HANNA RIACHI KADAMANI.

DANIEL YONG HO TAI, Servidor Público, solteiro, Natural de Yong San Gu - Coréia do Sul, Nascido aos 31/03/1980, Residente em São Paulo, SP Filiação: CHAN YUP TAI e de YOUNG EUN PRADO HWANG.- LARISSA MORATTO DE PAULA, advogada, solteira, Natural de Taboão da Serra - SP, Nascido aos 13/08/1997, Residente em São Paulo, SP Filiação: MARCOS APARECIDO DE PAULA e de TAGIDS MORATTO.

THIAGO DE MELLO GUEDES, engenheiro, solteiro, Natural de Chapada dos Guimarães - MT, Nascido aos 15/08/1983, Residente em São Paulo, SP Filiação: WILSON JOSÉ DE ANDRADE GUEDES e de IVANA SÔNIA SCHWARZ DE MELLO.- CAROLYNNA CARVALHO DE CASTRO CUNHA, advogada, solteira, Natural de Cuiabá - MT, Nascido aos 31/03/1988, Residente em São Paulo, SP Filiação: RICARDO BORGES DE CASTRO CUNHA e de MARLY SONIA DE CARVALHO.

FLAVIO SPINELLI, arquiteto, solteiro, Natural de São Paulo - SP, Nascido aos 28/01/1958, Residente em São Paulo, SP Filiação: WALDEMAR SPINELLI e de MARIA APARECIDA PEREIRA NUNES SPINELLI.- FERNANDO PELOGGIA, enfermeiro, solteiro, Natural de Jacareí - SP, Nascido aos 29/09/1962, Residente em São Paulo, SP Filiação: FÁBIO PELOGGIA e de MARIA DE LOURDES DE MORAES PELOGGIA.

EDUARDO LEBRÃO FIGARO ROQUE, economista, solteiro, Natural de São Paulo - SP, Nascido aos 03/01/1989, Residente em São Paulo, SP Filiação: JOAQUIM AUGUSTO FIGARO ROQUE e de HELOISA LEBRÃO.- ANA BEATRIZ VELLOSO BORGES DA SILVA, bacharel em direito, solteira, Natural de Taubaté - SP, Nascido aos 24/04/1995, Residente em São Paulo, SP Filiação: JOSÉ VELLOSO BORGES DA SILVA e de MARIA ELENIE DE OLIVEIRA.

EHUD KWIN, Rabino, solteiro, Natural de New Haven, Conecticut - Estados Unidos da América, Nascido aos 01/01/1979, Residente em São Paulo, SP Filiação: AVRAHAM KWIN e de DEVORAH KWIN.- SARAH CHANAH PAIM, professora, solteira, Natural de São Paulo - SP, Nascido aos 19/12/1977, Residente em São Paulo, SP Filiação: MARCEL PAIM e de EMILIA RUT PAIM.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE
ERMELINO MATARAZZO
Maria Beatriz Lima Furlan
OFICIAL
Faz saber que pretendem se casar e apresentam os documentos exigidos por lei

SILAS DA SILVA ARAUJO, divorciado, natural de Guarulhos-SP, nascido em 02/11/1987, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Ari Alves de Araujo e de Ana Celia da Silva Araujo.- LIVIANA DE OLIVEIRA SILVA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 08/11/1993, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de José Carlos Pereira da Silva e de Maria Marçal de Oliveira Silva.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
21ª SUBDISTRITO DA
SAÚDE
Doutora Giovanna Truffi Rinaldi Gruber
Oficial Titular
Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

JOANAN NEPOMUCENO OLIVEIRA, estudante, solteiro, Natural de SÃO VICENTE DE MINAS, MG, Nascido aos: 29/05/1997, Residente em 16º SUBDISTRITO - M O Ó C A - SÃO PAULO, SP Filiação: ORLANDO CELSO DE OLIVEIRA e de ANA CRISTINA RIBEIRO NEPOMUCENO OLIVEIRA.- NATHÁLIA VAZ JACOB, estudante, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 07/11/1996, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: OSVALDO CESAR JACOB e de DANIELA DE CARVALHO VAZ JACOB.

LUIZ HIROSHI NISHIYAMA, comerciante, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 31/05/1959, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: HIDEKAZU NISHIYAMA e de MASSAKO NISHIYAMA.- LENICE TIMOTEO DE ALMEIDA, comerciante, solteira, Natural de LAGARTO, SE, Nascido aos: 04/09/1972, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ANTONIO TIMOTEO DE ALMEIDA e de JOSEFA CARVALHO DO NASCIMENTO.

LIZ FERREIRA DE CASTRO NETO, engenheiro computação, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 31/05/1988, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: LIZ FERREIRA DE CASTRO JUNIOR e de ANGELA SILBERNAGEL GALUCCI.- RAPHAELA LEAL MAIA, estrategista de marketing, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 08/12/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: CLAUDIO DOMINGUES LEAL MAIA e de MARIA DA CONCEIÇÃO SOARES SANTOS.

WELIGTON THIAGO MIRANDA DA CRUZ, GESSEIRO, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 11/01/1996, Residente em DISTRITO de P E R U S - SÃO PAULO - SP Filiação: NATALINO FRANCISCO DA CRUZ e de RITA MARIA SOARES MIRANDA DA CRUZ.- DANIELA VIANA FERREIRA, vendedora, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 22/05/1994, Residente em 21º Subdistrito Saúde, São Paulo-SP Filiação: JOÃO FERREIRA DA SILVA e de ELIZA RODRIGUES VIANA.

JACKSON FOIANI, Motoboy, solteiro, Natural de SÃO CAETANO DO SUL, SP, Nascido aos: 30/08/1985, Residente em 21º SUBDISTRITO SAÚDE Filiação: JOSÉ VALDIR FOIANI e de MARLENE JOSÉ FOIANI.- DARIANE CRISTINE OLIVEIRA DE SOUZA, Técnica de enfermagem, solteira, Natural de RIO DE JANEIRO, RJ, Nascido aos: 05/09/1990, Residente em 21º SUBDISTRITO SAÚDE Filiação: IVAN CALDAS DE SOUZA e de ELISABETE BATISTA DE OLIVEIRA.

CAMILA RIGBY SILVA PINTO, empresária, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 29/01/1988, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: FRANCISCO DA SILVA PINTO NETTO e de CELI RIGBY RIBEIRO.- NAYARA FRANCO DE ALBUQUERQUE, produtora de eventos, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 01/09/1993, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: LUIZ CARNEIRO DE ALBUQUERQUE NETO e de SANDRA JESUS FRANCO DE ALBUQUERQUE.

BRUNO AKIRA YOSIURA, nutricionista, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 23/03/1988, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOÃO RENATO KAZUO YOSIURA e de MIEKO CECILIA MIYASAKI YOSIURA.- LARISSA NATSUMI TAMURA, geofísica, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 23/12/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: LUIZ TAMURA e de YOSHIKO TAMURA.

LUIZ FELIPE MASSA DIAS, fx Artist, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 16/11/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: CLAUDIO FERREIRA DIAS e de NANCY ELISABETH MASSA DIAS.- BIANCA HUBERT, analista de sistema, solteira, Natural de SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, Nascido aos: 09/08/1993, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: WANER HUBERT e de JOSEANE CUNNHA HUBERT.

MATHEUS HENRIQUE CASSINI DE PAULA, ATLETA, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 15/02/1996, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MARCELO DE PAULA e de FERNANDA APARECIDA GALLO CASSINI.- CAROLINE PUSSATELI, estudante, solteira, Natural de SANTO ANDRÉ, SP, Nascido aos: 20/07/1997, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOSÉ CARLOS PUSSATELI JUNIOR e de LUCIMARA SELMA HENRIQUE PUSSATELI.

PAULO SÉRGIO TREVELIN PICOLO, dentista, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 26/05/1969, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ANTÔNIO CHIQUETO PICOLO e de MARIA NAZARETH TREVELIN PICOLO.- PATRICIA PAIVA SILVA, dentista, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 25/05/1972, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: WALDYR ANTONIO SILVA e de MARIA ELISABETH PAIVA SILVA.

GABRIEL KIM MOLINO SCARPELLINI, publicitario, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 14/02/1992, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ANTONIO SCARPELLINI e de ELIANA MOLINO SCARPELLINI.- BRUNA APARECIDA FATIMA MORAES DE JESUS, consultora financeira, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 21/04/1997, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ATILA MATIAS DE JESUS e de ANDREA APARECIDA DE FATIMA SOUZA MORAES.

JEAN FABER FERREIRA DE ABREU, Professor, solteiro, Natural de MANHUAÇU, MG, Nascido aos: 23/08/1977, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOÃO DE ABREU e de RUTH FERREIRA DE ABREU.- TAYRINE DA SILVA GONÇALVES, Médica, solteira, Natural de FEIRA DE SANTANA, BA, Nascido aos: 09/05/1988, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ANTONIO CARLOS OLIVEIRA GONÇALVES e de SANDRA DA SILVA GONÇALVES.

MILENE PEREIRA DA SILVA, conferente, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 28/05/1993, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: FRANCISCA PEREIRA DA SILVA.- KELLY CRISTINA FERREIRA DA SILVA, operador de loja junior, solteira, Natural de ALEXANDRIA, RN, Nascido aos: 17/08/1996, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOSÉ FERREIRA LACERDA e de IVONETE RITA DA SILVA.

DANILO YUKIO FUTEMA, Publicitário, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 19/05/1987, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: EDSON TEIKITI FUTEMA e de CINTIA TIEMI KAJIWARA FUTEMA.- INGRID BUGARIN DE MELLO PAULO DOS SANTOS, Designer, solteira, Natural de SANTOS, SP, Nascido aos: 17/02/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: RICARDO PAULO DOS SANTOS e de MÁRCIA BUGARIN DE MELLO PAULO DOS SANTOS.

ALLAN DA SILVA RODRIGUES, advogado, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 24/12/1981, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: LAERCIO RODRIGUES PINTO e de LAUDICEIA DA SILVA RODRIGUES PINTO.- KAROLAYNE FREESE, FOTÓGRAFA, divorciada, Natural de SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, Nascido aos: 23/07/1996, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOANITO FREESE e de ELENICE FREESE.

HERNANI DE OLIVEIRA SANTOS, engenheiro redes computadores, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 22/09/1984, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JAMIL DE OLIVEIRA SANTOS e de MARIA APARECIDA SANTOS.- FERNANDA CAPITANI, assistente comercial, divorciada, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 11/02/1992, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ROBERTO CAPITANI e de VALDEIDA PONCIANO DA SILVA CAPITANI.

GUSTAVO HABIB NEGREIROS BARBOSA, Engenheiro, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 28/02/1990, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ANTONIO CARLOS NEGREIROS BARBOSA e de HELENA CRISTINA HABIB BARBOSA.- PAULA CAROLINA DE FRANÇA MAURO, Médica, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 30/11/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MAURO MAURO e de ATHENÊ MARIA DE MARCO DE FRANÇA MAURO.

MÁRCIO EDUARDO DE OLIVEIRA ALMEIDA, vendedor, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 25/02/1983, Residente em - 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: RENILDO EDUARDO DE ALMEIDA e de MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA ALMEIDA.- KELLY CRISTINA LAZZARINI FERREIRA, PEDAGOGA, divorciada, Natural de SÃO CAETANO DO SUL, SP, Nascido aos: 29/09/1982, Residente em S Ã O C A E T A N O D O S U L / SP Filiação: MAURO ANTONIO FERREIRA e de SUELI CRISTINA LAZZARINI FERREIRA.

LUIZ HENRIQUE SOARES DE FREITAS, engenheiro civil, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 29/11/1987, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: CARLOS ALBERTO MARTINS DE FREITAS e de MARIA JOSÉ SOARES DE FREITAS.- FERNANDA GONÇALVES DA SILVA, economista, solteira, Natural de SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, Nascido aos: 22/04/1992, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: WALDIR RODRIGUES DA SILVA e de SONIA MARIA GONÇALVES DA SILVA.

PEDRO JORGE BONADIO, empresário, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 05/07/1990, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: GERSIO BONADIO e de ROSELI VAZ JORGE.- CAMILA GIROTTI RISCH, empreendedora, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 15/12/1991, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: EDSON RISCH e de MONICA GIROTTI RISCH.

JAIME LUIZ TAKESHIMA, ENGENHEIRO CIVIL, solteiro, Natural de MARINGÁ, PR, Nascido aos: 01/01/1957, Residente em - 21º Subdistrito da S a ú d e - São Paulo, SP Filiação: TOYOKI TAKESHIMA e de MARIA DOS SANTOS TAKESHIMA.- SILVANA MIDORI TINA, PEDAGOGA, solteira, Natural de NOVA LONDRINA, PR, Nascido aos: 04/01/1973, Residente em D O U R A D O S - ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Filiação: TEIKI TINA e de TAKEKO TINA.

FÁBIO DA CRUZ, funcionario público, divorciado, Natural de IPECAETÁ, BA, Nascido aos: 25/04/1979, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ROMANA DA CRUZ.- JOCILENE ARAUJO PASSOS, auxiliar de produção, divorciada, Natural de PILÃO ARCADO, BA, Nascido aos: 10/12/1977, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOÃO FERREIRA DOS PASSOS e de GILDETE ARAUJO PASSOS.

RAFAEL SANTOS DE LIMA, AJUDANTE GERAL, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 11/03/1991, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ANACLETO DIONISIO DE LIMA e de ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS.- PÂMELLA VIANA DA SILVA, AUXILIAR DE LIMPEZA, solteira, Natural de DIADEMA, SP, Nascido aos: 14/08/1994, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: WELLINGTON PEREIRA DA SILVA e de SILVANA DA SILVA VIANA.

ENNIO SATO, Auditor, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 29/09/1984, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MARIO NOBUO SATO e de ROSA KEIKO TANI SATO.- THAIS DOS SANTOS FERREIRA, Auditora, solteira, Natural de ARUJÁ, SP, Nascido aos: 26/05/1994, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: REGINALDO PIMENTEL FERREIRA e de CREUSA RIBEIRO DOS SANTOS.

MARCEL DE SOUZA FRANCO, empresario, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 08/10/1983, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOÃO FRANCO FILHO e de MARCIA VARGAS DE SOUZA FRANCO.- FABIANA CAROLINA SANTOS ROSSI, médica, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 26/06/1987, Residente em 42º SUBDISTRITO JABAQUARA Filiação: CLOVIS JOSÉ ROSSI e de MARIA CONCEIÇÃO DA COSTA SANTOS ROSSI.

MÁRCIO PEREIRA DE MORAES, Funcionário Público, divorciado, Natural de RIO DE JANEIRO, RJ, Nascido aos: 12/03/1970, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MÍLTON PEREIRA DE MORAES e de MARIA LEIDENÉIA PEREIRA DE MORAES.- PATRICIA MARIA BARBOSA PENHA, Do lar, divorciada, Natural de SÃO LUÍS, MA, Nascido aos: 08/05/1987, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: VALMOR MENDES PENHA e de SONIA MARIA BARBOSA PENHA.

VINICIUS IZIDIO DE ALMEIDA, FARMACÊUTICO, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 05/04/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: CLOVIS IZIDIO DE ALMEIDA e de OSMARINA ROSA ALVES DE ALMEIDA.- VICTOR SOUZA TÔRRES DE LIRA, MÉDICO, solteiro, Natural de RECIFE, PE, Nascido aos: 23/11/1991, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: SANDRO TÔRRES DE LIRA e de ODELINA FERREIRA DE SOUZA.

AILTON SANTOS, armador, solteiro, Natural de BOA NOVA, BA, Nascido aos: 26/09/1974, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: GERSON SANTOS e de MARIA JOSÉ FERREIRA ROCHA.- JUZELITA ALVES AMORIM, domestica, solteira, Natural de BOA NOVA, BA, Nascido aos: 19/03/1978, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MANOEL AMORIM MATOS e de ANITA ALVES DE JESUS.

VANDERLEI DE LIMA CRUZ, Barbeiro, viúvo, Natural de SOLÂNEA, PB, Nascido aos: 31/07/1985, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOSÉ SABINO DA CRUZ e de MARIA FORMOSA DE LIMA CRUZ.- JOSINEIDE PONCIANO DA SILVA, Doméstica, divorciada, Natural de ARARA, PB, Nascido aos: 20/08/1977, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOSÉ PONCIANO DA SILVA e de ERONICE SOARES DA SILVA.

YAO MAWUSSE ADANLETE, analista de sistema, solteiro, Natural de Togolaise,, Nascido aos: 20/12/1990, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: KOMLAN ADANLETE e de AKOSSIWA TEKPE.- FRANCIELY ANA DE JESUS SANTOS, cabelereira, solteira, Natural de IGUAÍ, BA, Nascido aos: 27/07/1997, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: EVERALDO JOSÉ DOS SANTOS e de EUNICE ANA DE JESUS SANTOS.

WILLIAN DE BRITO SILVA, advogado, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 02/04/1996, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: IVANILDO ANTONIO DA SILVA e de LUCIENE TEIXEIRA DE BRITO SILVA.- NADINE SALIBA, advogada, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 22/10/1995, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ROBERT YOUSSEF SALIBA e de CLADINE MTANOS MEDAWAR SALIBA.

ANDRÉ LUIZ AMARAL DOS SANTOS, analista, solteiro, Natural de DIADEMA, SP, Nascido aos: 17/10/1977, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: TEREZA AMARAL DOS SANTOS.- KATIUCHA MIDIAN FIDELIS DA SILVA, auxiliar administrativo, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 16/02/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: CARLOS ALBERTO PESSOA DA SILVA e de MARIA APARECIDA FIDELIS.

RENAN MOREIRA ARAÚJO, Arquiteto, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 14/10/1989, Residente em TABOÃO DA SERRA Filiação: FRANCISCO FILHO DA SILVA ARAÚJO e de MARIA APARECIDA MOREIRA ARAÚJO.- KARINA BATISTA DA SILVA, Arquiteta, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 09/09/1995, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: VANTUIR DIAS DA SILVA e de LUCIMAR BATISTA.

FÁBIO PEDROSO DOS SANTOS, ADMINISTRADOR DE EMPRESAS, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 02/04/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: APARECIDO PEDROSO DOS SANTOS e de MATILDE CALMO DOS SANTOS.- EDIVANIA BARRENSE DOS SANTOS, REPRESENTANTE, solteira, Natural de CAMPO ALEGRE DE LOURDES, BA, Nascido aos: 12/11/1992, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: GETULIO DOS SANTOS e de EDINA BARRENSE DOS SANTOS.

CONVERSÃO DE UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO, RENATO PETRONI DARDIS BUENO REZENDE, escrevente tecnico judiciário, solteiro, Natural de FOZ DO IGUAÇU, PR, Nascido aos: 28/10/1992, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: RODOLFO ANTONIO BUENO REZENDE e de ROSÂNGELA PETRONI DARDIS BUENO REZENDE.- MARILIA CAVALCANTI DE MORAIS GAMA, engenheiro, solteira, Natural de RECIFE, PE, Nascido aos: 06/01/1994, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: GILSON CAVALCANTI GAMA e de TEREZA CRISTINA LOPES DE MORAIS.

BRUNO ROBERTO LUCCHESI E SILVA, Empresário, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 07/01/1987, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: CARLOS ROBERTO DA SILVA e de MARINA LUCCHESI E SILVA.- ANA CAROLINA BAPTISTA DE MELLO, Coordenadora de Crédito, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 23/05/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ROGERIO PEDRO DE MELLO e de SANDRA FILOMENA GONÇALVES BAPTISTA DE MELLO.

MARCUS VINICIUS DE PAULO SILVA, músico, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 13/06/1987, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: DANIEL DA SILVA e de SONIA APARECIDA DE PAULO.- THAISA CORREIA ALEGRE, farmacêutica, divorciada, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos: 27/09/1986, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: FLORENTINO ALEGRE e de LOENI CORREIA LIMA.

João Sayad, que foi um dos mentores do Plano Cruzado, enfrentava um câncer

O economista João Sayad, que foi ministro do Planejamento no governo José Sarney, morreu domingo, 5, aos 75 anos. Ele foi um dos mentores do Plano Cruzado, em 1986, uma das tentativas de se combater a hiperinflação que assolou a economia brasileira na década de 1980.

Sayad sofria de câncer e estava internado desde segunda-feira no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo. O velório será amanhã também na capital.

O economista foi professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), mesma instituição em que se graduou em 1967 e fez mestrado. Em 1973, mudou-se para os Estados Unidos, onde obteve, na Universidade Yale, o PhD em economia.

Além de ministro do Planejamento, Sayad ocupou outros cargos públicos, como o de secretário da Fazenda do Estado de São Paulo na gestão Franco Montoro, secretário municipal de Finanças de São Paulo, no governo de Marta Suplicy, e secretário estadual de Cultura de São Paulo no governo José Serra.

Em uma rede social, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) afirmou que Sayad era uma das “pessoas mais admiráveis” que conheceu. “Inteligente, bem-humorado, generoso. (...) Que perda enorme!”

O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, destacou que Sayad tinha um “espírito público genuíno”.

Crítico de cinema e fundador do festival de documentários É Tudo Verdade, Amir Labaki escreveu que Sayad foi “desses ternos amigos que iluminavam o dia de todas as conversas e desses raros intelectuais que arregaçava as mangas e agigantava todos os cargos que assumia”.

Atos em São Paulo serão acompanhados por cerca de 3,6 mil policiais

As forças de segurança do Estado de São Paulo terão um esquema especial de policiamento para acompanhar as manifestações previstas para amanhã (7), na Avenida Paulista e no Vale do Anhangabaú, na capital paulista. O efetivo será de aproximadamente 3,6 mil policiais e terá o apoio de 1.473 viaturas, 60 cavalos, quatro drones e dois helicópteros da Polícia Militar (PM). Participarão da operação equipes dos Comandos de Policiamento da Capital (CPC), de Trânsito (CPTran), de Choque (CPChq) e do Corpo de Bombeiros (CCB). As manifestações também serão monitoradas por meio de câmeras fixas, móveis, motolink (câmeras instaladas em motocicletas) e bodycams (câmeras instaladas no fardamento dos policiais). As imagens serão acompanhadas ao vivo no Centro de Operações da PM (Copom). De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a finalidade da operação é “proteger as pessoas, preservar patrimônios e garantir o direito de ir e vir, bem como o de livre participação nos atos e a fluidez no trânsito”.

Revista pessoal e de mochilas - De acordo com a SSP, a polícia vai fazer revistas pessoais e de mochilas dos participantes das manifestações. Entre os itens que não poderão ser levados estão armas brancas e de fogo, bastões, fogos de artifício, sinalizadores e drones. Quem estiver na posse destes materiais será conduzido à delegacia para o registro de um termo circunstanciado. A polícia também vai fazer uma vistoria prévia e um cadastro dos carros de som que farão parte das manifestações. O ato na Avenida Paulista se concentrará no perímetro que compreende a Avenida Brigadeiro Luís Antônio e a Praça dos Ciclistas, das 11h às 18h. O ato no Vale do Anhangabaú ocorrerá das 14h às 17h.

Brasília terá reforço na segurança para atos de 7 de setembro

O governo do Distrito Federal antecipou a restrição do trânsito na região central de Brasília. Desde a noite de domingo (5), as vias N1 e S1, da alça leste da Rodoviária do Plano Piloto ao 1º Grupamento de Bombeiro Militar (1º GBM), próximo à via L4, estão bloqueadas.

A região central da capital federal terá reforço no policiamento em função das manifestações previstas para o dia 7 de setembro. A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) realizará linhas de revistas pessoais e bloqueios nas principais vias da Esplanada dos Ministérios e proximidades da Torre de TV.

Segundo o GDF, será proibido acessar as áreas em que serão realizadas as manifestações portando objetos pontiagudos, garrafas de vidro, hastes de bandeiras e outros materiais que coloquem em risco a segurança de manifestantes e população. Também fica restrita a utilização de drones sem autorização no espaço aéreo da Esplanada.

Os eventos serão monitorados pelo Centro Integrado de Operações de Brasília (Ciob), com apoio de equipes em campo. O centro reúne 29 órgãos, instituições e agências do GDF voltadas para segurança, mobilidade, saúde, prestação de serviço público e fiscalização.

Espaços para manifestações

Haverá dois espaços para as manifestações. Os locais foram definidos juntamente dos organizadores dos eventos, que se reuniram no Ciob com representantes das forças de segurança, órgãos federais e do GDF envolvidos.

Os manifestantes pró-governo ficarão na Esplanada dos Ministérios. Treze grupos foram cadastrados pelo Núcleo de Atividades Especiais (Nucae), da SSP/DF. O ponto de encontro será a Biblioteca Nacional. De lá, seguirão pela Esplanada dos Ministérios e poderão chegar até a Avenida José Sarney, na ligação entre as vias S1 e N1. Os monumentos e prédios públicos estarão fechados com gradil e resguardados por policiais.

Já os manifestantes com orientações contrárias ao governo irão se concentrar no estacionamento da Torre de TV, a partir das 8h, ao lado da Praça das Fontes. De lá, seguirão em caminhada, a partir das 10h, até o Memorial dos Povos Indígenas. A PMDF fará a segurança do perímetro e acompanhará todo o trajeto.

Trânsito - Os ônibus das comitivas, assim como motocicletas e cavalos – como previsto pelos organizadores – deverão ser deixados no estacionamento da Praça da Cidadania, localizada ao lado do Teatro Nacional. As alternativas para quem precisar acessar a região serão as vias N2 e parte da S2, entre os ministérios e anexos. Policiais militares e agentes do Detran estarão nas vias W3 Norte (N2 e N3) e W3 Sul (S2 e S3) para controle e maior fluidez no trânsito. Os demais manifestantes poderão utilizar os estacionamentos da Rodoviária do Plano Piloto (parte superior) e dos setores de Autarquia, Bancário e Comercial. Os condutores deverão estacionar somente em locais permitidos, pois haverá fiscalização por parte dos órgãos de trânsito.

A partir das 6h do dia 7 de setembro não será possível transitar com veículos da altura da W3 até a Funarte, no Eixo Monumental – nas vias N1 e S1. O trecho será destinado para os manifestantes com orientação contrária ao governo.

Os locais indicados para estacionamento daqueles que seguirem para se manifestar nesta área será o Setor Hoteleiro Norte, Palácio do Buriti e Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). O GDF ressalta que o estacionamento do Estádio Nacional Mané Garrincha é privativo. A reabertura das vias será feita após o fim das manifestações e dispersão do público, mediante avaliação de cenário por parte das autoridades de trânsito.

Linha de revista - Haverá linhas de revista próximas à Catedral (Buraco do Tatuí), nas escadarias de acesso aos ministérios – que estarão abertas de forma intercalada -, nas proximidades da via W3 e das vias S1 e N1, nas proximidades dos setores hoteleiros Norte e Sul. Os policiais farão, ainda, revistas pessoais em toda extensão do Eixo Monumental.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676